



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2025

(Processo Administrativo nº 16.205/2025)

(Processo Licitatório nº 262/2025)

TORNA-SE PÚBLICO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, REALIZARÁ LICITAÇÃO, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM e MODO DE DISPUTA ABERTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº 262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. A sessão de processamento do citado Pregão será conduzida pelos Pregoeiros Oficial e respectiva Equipe de Apoio, devidamente designados pelas Portarias nº 22.776 – de 18 de junho de 2025 e nº 22.777 – de 18 de junho de 2025, constante nos autos do processo. A gestão contratual será realizada pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745 de 09 de junho de 2025 e suas eventuais alterações, constante nos autos do processo. As eventuais apurações de responsabilidade contratual serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/01/2026.

HORÁRIO: 08h30. (Horário de Brasília - DF).

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br

CÓDIGO DA UASG NO COMPRASNET: 986411.

DÚVIDAS SOBRE O EDITAL: As dúvidas acerca do presente Edital, bem como as impugnações, deverão ser encaminhadas eletronicamente através do sistema 1Doc, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública. Para isso, o licitante deverá acessar o site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, disponível no endereço <https://www.fernandopolis.sp.gov.br>. Na página inicial, em "Serviços Principais", deve-se clicar no link "GESTÃO SEM PAPEL". No canto superior direito da tela, o usuário deverá clicar em "Cadastrar", caso ainda não tenha cadastro no sistema 1Doc, e preencher os dados solicitados. Se o licitante já possuir cadastro, basta clicar em "Entrar" e efetuar o login. Após o login, no menu "Navegue por Categorias", o licitante deve localizar e clicar em "Poupatempo – Ver serviços", selecionar o serviço "Licitações – Esclarecimentos e/ou Impugnações ao Edital", e então clicar no link "Abrir online – Via protocolo 1Doc" para formalizar o pedido de esclarecimento ou impugnação. As respostas às dúvidas ou impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, disponível em



www.gov.br/compras/pt-br, e também no site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, no endereço fernandopolis.sp.gov.br, em "Serviços Principais", na Aba "Licitações".

DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DO COMPRAS GOVERNAMENTAIS: As dúvidas acerca da operacionalização do sistema do Compras Governamentais deverão ser esclarecidas junto à Central de Serviços Serpro - CSS, através do e-mail css.serpro@serpro.gov.br ou pelo telefone 0800-978-9001.

1. DO OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO USADO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO MÍNIMO 2009, NÃO TRUCADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 46 (QUARENTA E SEIS) PASSAGEIROS SENTADOS, ESTRUTURA GABINADA, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, BANHEIRO, GELADEIRA ELÉTRICA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO, SUSPENSÃO PNEUMÁTICA, CÂMBIO ELETRÔNICO PROGRAMADO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 (QUATROCENTOS) LITROS, MOTOR TRASEIRO A ÓLEO DIESEL COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) CILINDROS EM LINHA, 04 (QUATRO) VÁLVULAS POR CILINDRO, SISTEMA TURBO E INTERCOOLER E POTÊNCIA MÍNIMA DE 340 (TREZENTOS E QUARENTA) CV, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.6. Em obediência ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, **não haverá reserva de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, Isto se deve ao fato de o objeto ser indivisível (aquisição de uma única unidade de ônibus), não se enquadrando nos requisitos para a reserva de cotas.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 202, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho



infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.



5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada deverá ser o total do item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) reais**.





7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.





7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o Pregoeiro/Agente de



Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.





8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. As exigências de habilitação para as empresas estrangeiras que não funcionem no país serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. A habilitação técnica dos consórcios de empresas será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.





9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.





9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 [três] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, *sem prejuízo das sanções previstas neste Edital*.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;



10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. Os prazos do item 10.2, poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;





13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no balcão do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, sito à Rua Porto Alegre, 350, Jardim Santa Rita, CEP 15.610-024, das 08:00 às 17:00.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;





- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 14.1.7.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.1.7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1 advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5%* a *15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15%* a *30%* do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da





data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, conforme orientado no preâmbulo deste edital.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.





15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência e anexos;



16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Fernandópolis, 06 de janeiro de 2026

JOAO PAULO SALES CANTARELLA

Autoridade competente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP

Termo de Referência 483/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
483/2025	986411-PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP ELISEU DA SILVA PEREIRA NE	18/12/2025 10:35 (v 0.6)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		16.205/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto da Contratação

1.1. Aquisição de 01 (um) v eículo usado tipo ônibus rodoviário, ano de fabricação/modelo mínimo 2009, não trucado, com capacidade mínima para 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, estrutura gabinada, equipado com ar-condicionado, banheiro, geladeira elétrica, itinerário eletrônico, suspensão pneumática, câmbio eletrônico programado, tanque de combustível com capacidade mínima de 400 (quatrocentos) litros, motor traseiro a óleo diesel com no mínimo 06 (seis) cilindros em linha, 04 (quatro) válvulas por cilindro, sistema turbo e intercooler e potência mínima de 340 (trezentos e quarenta) CV, destinado a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Fernandópolis/SP, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e demais condições nele estabelecidas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	<p>ÔNIBUS USADO</p> <ul style="list-style-type: none">• Ano de Fabricação/Modelo: No mínimo 2009.• Eixos: Não pode ser trucado (dois eixos simples).• Capacidade: Mínima de 46 (quarenta e seis) passageiros sentados.• Estrutura: Gabinado.					



1	<ul style="list-style-type: none"> • Conforto: Ar-condicionado em pleno funcionamento; banheiro (WC) em pleno funcionamento; geladeira elétrica. • Motorização: Motor traseiro, com no mínimo 06 (seis) cilindros em linha. • Tecnologia do Motor: No mínimo 04 (quatro) válvulas por cilindro, com sistema turbo e intercooler. • Potência: Movido a óleo diesel, com no mínimo 340 (trezentos e quarenta) CV de potência. • Suspensão: Suspensão pneumática. • Transmissão: Câmbio eletrônico programado. • Pneus: Pneus de primeira vida, com no mínimo 80% (oitenta por cento) de borracha, não sendo aceitos pneus reformados, recauchutados ou ressulcados. • Segurança/Operacional: Direção no mínimo hidráulica; freios a ar; freio de estacionamento tipo “Maneco”. • Painel e Instrumentos: Painel de instrumentos equipado com tacógrafo, hodômetro e conta-giros; indicadores de temperatura do líquido de arrefecimento, pressão do óleo do motor e pressão pneumática do sistema de freios. • Outros Itens: Tanque de combustível com capacidade mínima de 400 (quatrocentos) litros; itinerário eletrônico; regulagem de volante escamoteável; saída de emergência. • Condição Geral: O veículo deverá estar em perfeitas condições de funcionamento, incluindo parte mecânica, funilaria e aspectos visuais internos e externos, devendo conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). • Avaliação Técnica: O veículo deverá obrigatoriamente passar por avaliação 	628783	UNIDADE	1	R\$ 353.960,00	R\$ 353.960,00
---	---	--------	---------	---	----------------	----------------



presencial, a ser realizada pelos responsáveis da Frota Municipal do Município de Fernandópolis, juntamente com mecânico responsável formalmente designado pela Prefeitura Municipal.					
---	--	--	--	--	--

- 1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado com comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo.
- 1.4. O prazo de Vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Critérios de Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade já inseridos na descrição do objeto, que privilegiam o **reuso do ativo** em consonância com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. O veículo a ser fornecido deverá estar em plena conformidade com as normas vigentes de controle de emissão de poluentes aplicáveis ao seu ano/modelo de fabricação, conforme a legislação federal, assegurando o atendimento aos parâmetros de eficiência ambiental e energética descritos no ETP.
- 4.1.2. A contratada será responsável pela entrega do bem com toda a documentação de licenciamento e transferência regularizada, livre de débitos, multas e ônus, garantindo a pronta conformidade legal e operacional do ativo.

Indicação de Marcas ou Modelos



4.2. Na presente contratação, não será admitida a indicação, sugestão ou preferência por marcas ou modelos específicos, sendo assegurada a ampla competitividade entre os licitantes. A definição das características técnicas mínimas, tais como motorização traseira com no mínimo 06 (seis) cilindros em linha, potência mínima de 340 (trezentos e quarenta) CV, sistema turbo e intercooler, câmbio eletrônico programado, suspensão pneumática, bem como os demais requisitos funcionais e operacionais, tem por finalidade exclusiva garantir desempenho, segurança, conforto, confiabilidade mecânica e produtividade compatíveis com o transporte rodoviário de longa distância, em estrita consonância com as necessidades do serviço público e com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), não configurando direcionamento ou restrição indevida à competitividade.

Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto

4.3. Diante das conclusões extraídas do Estudo Técnico Preliminar, não há indicativo de marca ou produto que deva ser expressamente vedado no certame.

Da Exigência de Amostra e Documentação Prévia

4.4. Em razão da natureza do objeto (ônibus usado), da necessidade de Vistoria Técnica Prévia Obrigatória, NÃO haverá exigência de apresentação de amostra física do veículo.

4.4.1. Em substituição à amostra, e como condição para aceite da proposta, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo e forma definidos em Edital, caso solicitado pelo Pregoeiro, a seguinte documentação:

a) Catálogo, folder ou ficha técnica completa do modelo de ônibus ofertado, contendo as especificações detalhadas do chassi e carroceria.

b) Documentação de propriedade ou de representação do bem (CRLV/CRV) que permita a identificação e a posterior realização da Vistoria Técnica Obrigatória, a ser agendada pela Administração.

4.4.2. No caso de não haver entrega da documentação exigida, ou havendo entrega de documentação que comprove a não conformidade com as especificações previstas, a proposta será recusada.

Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.5. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, em razão da natureza do objeto (bem usado). A garantia mínima de 90 (noventa) dias será de responsabilidade integral e direta do fornecedor contratado, conforme previsto neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, visto tratar-se da aquisição de um bem móvel (ônibus) com entrega única e sem serviços acessórios que justifiquem o desmembramento.

Garantia da Contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia de execução do contrato, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. A dispensa se justifica pela natureza da contratação (aquisição de bem de entrega única), pelo valor e pela mitigação dos riscos de execução, que serão controlados de forma eficaz por meio da Vistoria Técnica Prévia Obrigatória e do Recebimento Definitivo Condicionado pelo Gestor de Contratos.

Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.8. Não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte. Isto se deve ao fato de o objeto ser indivisível (aquisição de uma única unidade de ônibus), não se enquadrando nos requisitos para a reserva de cotas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do bem é de até 30 (trinta) dias, contados da Assinatura do Contrato ou da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O bem deverá ser entregue no seguinte endereço: Pátio do Paço Municipal de Fernandópolis-SP, sito à Rua Porto Alegre, 350, Jardim Santa Rita, em dias úteis, no horário de 08h00 às 17h00.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.4. A garantia do bem é crucial, em face da aquisição de um veículo usado, sendo indispensável para a mitigação de riscos, conforme Estudo Técnico Preliminar.

5.4. O prazo de garantia contratual do veículo, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante ou fornecedor, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, abrangendo motor, caixa, diferencial, suspensão, ar-condicionado e demais componentes mecânicos e estruturais.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9. Na hipótese de o prazo de reparos ser ultrapassado, o Contratado deverá disponibilizar veículo equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade ininterrupta do serviço de Transporte Fora de Domicílio.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação ou a apresentação de justificativas aceitas, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO SALES CANTARIM
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.matheuspoli.com.br/verificacao/435F-0045-A737-1119>

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações Administrativas

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Aplicação das Sanções

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. **Compensatória**, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” (fraude, inidoneidade, ato lesivo), de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “b” (inexecução parcial com grave dano), de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” (retardamento da execução após o limite da mora), de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “a” (inexecução parcial), de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO DE SALES CAMARGO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/435F-0045-A737-C119>

7.2.4.5.1. **Inexecução Parcial Específica:** O não atendimento ao prazo de **15 (quinze) dias úteis** para reparação ou substituição do veículo em garantia implicará a aplicação de multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato, enquadrada nesta alínea.

Disposições Finais sobre Sanções

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada para abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://brasil.veedoc.com.br/verificacao/435F-0045-A73C-119> e informe o código 435F-0045-A73C-119

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.scribd.com/435F-0045-A73C119>

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://brasil.veedoc.com.br/assinatura/435F-0045-A73C-119> e informe o código 435F-0045-A73C-119

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://brasil.veedoc.com.br/assinatura/435F-0045-A73C-119> e informe o código 435F-0045-A73C-119

Assinado por 1 pessoa: PAULO PAULINO DOS SANTOS CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://brasil.veedoc.com.br/assinatura/435F-0045-A73C-119> e informe o código 435F-0045-A73C-119

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, incluindo a entrega com documentação regularizada (licenciamento, transferência, etc.), correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo e Forma de Pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.24. A presente contratação **NÃO PERMITE** a antecipação de pagamento, por não se enquadrar nas condições de indispensabilidade para a obtenção do bem ou de sensível economia de recursos, conforme § 1º do art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **integral** e de entrega única.

Critérios de Aceitabilidade de Preços

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fernandopolis.1doc.com.br/verificacao/435F-0045-A037-C119>

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971. 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal e PGFN), inclusive a Prova de Regularidade em Contribuição e Seguro Social;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade (ICMS);

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.24. Apresentação de Documentação Técnica do Veículo Ofertado:

9.24.1. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos referentes ao veículo ofertado:

9.24.1.1. Cópia do Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do ônibus, para fins de comprovação da propriedade, das características e do ano de fabricação, conforme especificações deste Termo de Referência.

9.24.1.2. Laudo Cautelar ou Laudo de Vistoria Pericial (com no máximo 30 dias de emissão), emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN ou órgão oficial, que ateste a conformidade de chassi, motor e demais itens de identificação, e comprove a inexistência de sinistro de grande monta ou registro de passagem por leilão.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 353.960,00 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1., retro, deste Termo de Referência.

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO DE SOUZA SANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fermandopolis.1doc.com.br/verificacao/435f-0045-A737-C439>

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao exercício financeiro de 2025, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Fernandópolis, sob a dotação orçamentária própria já prevista para estes serviços.

11.2. Para os exercícios financeiros subsequentes (a partir de 2026), a dotação orçamentária correspondente será indicada e vinculada ao contrato após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e a consequente liberação dos créditos, sendo formalizada por meio de apostilamento ou instrumento equivalente, conforme a legislação vigente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE MARTINS PINTO NETO

Autoridade competente

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fernandopolis.1doc.com.br/verificacao/435F-0045-A737-C119>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP

Estudo Técnico Preliminar 444/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 16.205/2025

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por escopo solucionar a grave deficiência de confiabilidade e capacidade logística atualmente verificada no transporte intermunicipal de pacientes sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Fernandópolis. Trata-se de medida revestida de manifesto interesse público, diretamente vinculada à concretização do direito fundamental à saúde, insculpido no artigo 196 da Constituição Federal, cuja efetividade depende, entre outros fatores, da regularidade, segurança e qualidade dos serviços de transporte destinados ao atendimento médico especializado fora do domicílio municipal.

O problema central identificado consiste na impossibilidade de assegurar, de forma contínua, eficiente e segura, o transporte de pacientes que necessitam se deslocar a outros municípios para realização de consultas, exames e tratamentos de média e alta complexidade. Tal dificuldade decorre da obsolescência técnica e das recorrentes falhas mecânicas do veículo atualmente destinado a essa finalidade — um ônibus Mercedes Benz Induscar Giro 3600, ano 2006/2006, placa CPV-5584. Essa situação tem gerado riscos assistenciais concretos, uma vez que a indisponibilidade do transporte compromete o comparecimento de pacientes a procedimentos essenciais, como hemodiálise, nefrologia e oncologia, realizados em centros de referência regional, notadamente no município de São José do Rio Preto.

Ademais, o veículo em uso revela-se inadequado para viagens de longa duração, por carecer de itens indispensáveis ao conforto e à segurança dos usuários, tais como ar-condicionado, sanitário e sistema de suspensão apropriado. Essas deficiências agravam o desgaste físico dos pacientes — muitos deles idosos, portadores de enfermidades crônicas ou em tratamento contínuo — e violam o princípio da dignidade da pessoa humana, expondo o Município a potenciais responsabilidades administrativas e civis decorrentes das condições precárias de deslocamento oferecidas.

Inviabilidade Econômica da Manutenção — Antieconômica Comprovada

Sob o prisma econômico, a continuidade da manutenção do veículo atual mostra-se manifestamente antieconômica e financeiramente insustentável, constituindo fator determinante para a necessidade de substituição do bem. Os registros contábeis e de controle interno comprovam que, apenas entre os exercícios de 2023 e 2025, as despesas com manutenção, peças e serviços do ônibus em questão totalizaram o montante de R\$ 244.446,34 (duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos), quantia absolutamente desproporcional ao valor residual do ativo e incompatível com sua vida útil remanescente.

Esse volume de gastos, além de imprevisível e crescente, evidencia a perda definitiva da vida útil econômica do veículo, comprometendo o equilíbrio orçamentário do setor e configurando desperdício

de recursos públicos, em afronta aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Diante desse quadro, a aquisição de um ônibus rodoviário usado, com ano/modelo mínimo de 2010, dotado dos equipamentos necessários ao conforto e à segurança dos usuários, apresenta-se como a solução técnica e economicamente mais adequada. A medida permitirá restabelecer a confiabilidade operacional do transporte intermunicipal de pacientes, garantir a continuidade dos serviços de saúde e atender, de modo tempestivo e racional, ao interesse público primário.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde	JOSE MARTINS PINTO NETO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O presente Estudo Técnico Preliminar adota, para fins de padronização e categorização do objeto, o catálogo eletrônico de padronização disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme previsto nas normas federais aplicáveis. Assim, o item correspondente à demanda foi devidamente identificado no referido catálogo, nos seguintes termos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA
1	Ônibus	628783	UNIDADE

Ressalta-se que a aquisição de um ônibus rodoviário usado caracteriza-se como bem comum, nos termos da legislação vigente (Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021), dada a sua natureza padronizada e objetivamente mensurável por meio de especificações de desempenho e qualidade. Esta Equipe de Planejamento certifica que a aquisição se configura como atividade material acessória, não incidindo sobre matérias de competência exclusiva ou indelegável do ente público.

Critério de Julgamento

Menor Preço por item.

Critérios de Sustentabilidade

Em consonância com os princípios insculpidos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o disposto no artigo 11, inciso IV, que orienta a Administração Pública à adoção de práticas sustentáveis em suas contratações, a presente aquisição observa critérios de sustentabilidade voltados à promoção da eficiência administrativa, da economicidade e da responsabilidade socioambiental.

A opção pela aquisição de um ônibus usado ou seminovo, com ano/modelo mínimo de 2009, em detrimento da compra de um veículo novo, revela-se medida que privilegia a sustentabilidade econômica, na medida em que estimula o reuso de ativos duráveis, reduz o impacto ambiental decorrente do processo industrial de fabricação de novos veículos e otimiza a aplicação dos recursos públicos, em estrita observância ao princípio da economicidade.

Assinado por: JOAO PAULO ALVES SANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://fernandopolis.1doc.com.br/assinaturas/4336-0045-A737-C119 e informe o código 4336-0045-A737-C119



Ademais, o Termo de Referência estabelecerá, como condição essencial, que o veículo a ser entregue esteja em conformidade com as normas vigentes de controle de emissão de poluentes, correspondentes ao seu ano/modelo, assegurando, assim, o atendimento aos parâmetros de eficiência energética e o compromisso da Administração com a mitigação de impactos ambientais.

Dessa forma, a contratação proposta harmoniza-se com os objetivos da política pública de desenvolvimento sustentável, integrando racionalidade econômica, responsabilidade ambiental e eficiência administrativa, em estrita observância ao interesse público primário.

Padrões Mínimos de Qualidade

Os padrões mínimos de qualidade são definidos de forma rigorosa, em estrita observância à necessidade de garantir um veículo de alto desempenho e confiabilidade para o transporte vital de pacientes, mitigando o risco operacional e financeiro associado ao ativo anterior.

O objeto da licitação é a aquisição de VEÍCULO USADO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, com as seguintes descrições mínimas obrigatórias e cumulativas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA
	<p>ÔNIBUS USADO</p> <ul style="list-style-type: none">• Ano de Fabricação/Modelo: No mínimo 2009.• Eixos: Não pode ser trucado (dois eixos simples).• Capacidade: Mínima de 46 (quarenta e seis) passageiros sentados.• Estrutura: Gabinado.• Conforto: Ar-condicionado em pleno funcionamento; banheiro (WC) em pleno funcionamento; geladeira elétrica.• Motorização: Motor traseiro, com no mínimo 06 (seis) cilindros em linha.• Tecnologia do Motor: No mínimo 04 (quatro) válvulas por cilindro, com sistema turbo e intercooler.• Potência: Movido a óleo diesel, com no mínimo 340 (trezentos e quarenta) CV de potência.• Suspensão: Suspensão pneumática.• Transmissão: Câmbio eletrônico programado.		



1	<ul style="list-style-type: none"> • Pneu: Pneu de primeira vida, com no mínimo 80% (oitenta por cento) de borracha, não sendo aceitos pneus reformados, recauchutados ou ressulcados. • Segurança/Operacional: Direção no mínimo hidráulica; freios a ar; freio de estacionamento tipo "Maneco". • Painel e Instrumentos: Painel de instrumentos equipado com tacógrafo, hodômetro e conta-giros; indicadores de temperatura do líquido de arrefecimento, pressão do óleo do motor e pressão pneumática do sistema de freios. • Outros Itens: Tanque de combustível com capacidade mínima de 400 (quatrocentos) litros; itinerário eletrônico; regulação de volante escamoteável; saída de emergência. • Condição Geral: O veículo deverá estar em perfeitas condições de funcionamento, incluindo parte mecânica, funilaria e aspectos visuais internos e externos, devendo conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). • Avaliação Técnica: O veículo deverá obrigatoriamente passar por avaliação presencial, a ser realizada pelos responsáveis da Frota Municipal do Município de Fernandópolis, juntamente com mecânico responsável formalmente designado pela Prefeitura Municipal. 	628783	UNIDADE
---	--	--------	---------

Garantias e Responsabilidades

As garantias e responsabilidades decorrentes da presente contratação observarão integralmente o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável subsidiariamente aos contratos administrativos que envolvem aquisição de bens, especialmente quanto à obrigação do fornecedor em assegurar a qualidade e a conformidade do objeto entregue com as condições pactuadas.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Para a validade das assinaturas, acesse <https://femais.gov.br/validacao> e informe o código 435F-0045-A737-C619.

Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais normas aplicáveis, constituindo condição indispensável para o prosseguimento da contratação. Constatada a conformidade, proceder-se-á ao recebimento provisório, mediante termo formal, seguido do recebimento definitivo após período de testes e verificação operacional.

Considerando a essencialidade do serviço público de transporte de pacientes e o histórico de elevação de custos de manutenção do veículo substituído, foram estabelecidas exigências específicas de garantia, manutenção e assistência técnica, com vistas à mitigação de riscos e à preservação da durabilidade do novo bem. O fornecedor deverá conceder garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, abrangendo, no mínimo, motor, câmbio, diferencial, sistema de ar-condicionado e demais componentes mecânicos essenciais, assegurando cobertura contra vícios ocultos ou defeitos que comprometam o desempenho do veículo.

Para assegurar a adequada gestão do ativo ao longo de sua vida útil, o Termo de Referência exigirá que o veículo seja entregue acompanhado de manual do proprietário em língua portuguesa, termo de garantia, bem como comprovação de procedência e histórico de manutenção. A padronização tecnológica adotada — especialmente quanto à motorização, sistema de transmissão eletrônica e suspensão pneumática — visa garantir compatibilidade com a rede de assistência técnica disponível no mercado regional e facilitar o acesso a peças de reposição, reduzindo riscos de indisponibilidade e custos operacionais excessivos.

A manutenção preventiva e corretiva subsequente ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, observadas as recomendações do fabricante e o cronograma de revisões periódicas, de modo a preservar a eficiência operacional, a segurança dos usuários e a continuidade do serviço público essencial. Dessa forma, a solução delineada apresenta-se técnica, jurídica e economicamente adequada à necessidade identificada, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades fixadas para a presente contratação corresponde à aquisição de 02 (uma) unidade de ônibus rodoviário usado, observadas as especificações técnicas delineadas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. Tal estimativa decorre de criteriosa análise de substituição de ativo, fundamentada na necessidade de assegurar a continuidade da prestação do serviço público de transporte de pacientes que realizam tratamento fora do domicílio, tendo em vista a iminente indisponibilidade do atual veículo rodoviário de grande capacidade pertencente à frota municipal, identificado pela placa CPV-5584. Assim, a presente contratação não objetiva ampliação da frota, mas sim o restabelecimento da capacidade operacional mínima indispensável à execução regular do serviço, em caráter emergente e essencial.

A análise técnica da demanda revela que o veículo a ser adquirido, com capacidade mínima de quarenta e três passageiros sentados, atende integralmente à necessidade do transporte dos pacientes e eventuais acompanhantes que realizam deslocamentos intermunicipais, especialmente a cidade de São José do Rio Preto.

Ademais, a limitação orçamentária impõe-se como fator determinante, uma vez que a aquisição de mais de uma unidade mostra-se financeiramente inviável no presente exercício fiscal. Diante disso, prioriza-se a substituição do ativo que representa o maior risco operacional e financeiro para a Administração, notadamente em razão dos gastos acumulados em manutenção, que totalizaram R\$ 1.000,00.

244.446,34 (duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos) no período de menos de três anos.

Ressalte-se que a presente contratação não se vincula a outras aquisições correlatas, porquanto a frota municipal é gerida diretamente pelos gestores e fiscais designados pela Prefeitura, sendo a manutenção dos veículos feito por contrato de quarteirização mantido com a empresa Link Benefícios.

Por fim, embora a aquisição seja unitária, observa-se que a economia de escala manifesta-se sob a ótica operacional e financeira de longo prazo. Tal efeito decorre da eliminação dos custos recorrentes de manutenção do veículo obsoleto, representando recuperação de recursos públicos passíveis de redirecionamento a outras áreas prioritárias da saúde. Soma-se a isso a maximização da eficiência administrativa proporcionada pela confiabilidade técnica do novo bem, cuja menor probabilidade de falhas assegura continuidade operacional e reduz o risco de despesas emergenciais com transporte alternativo ou prejuízos decorrentes da interrupção do serviço. Ademais, o elevado padrão técnico exigido no Termo de Referência propiciará maior durabilidade e vida útil ao ativo, retardando futuras substituições e consolidando, assim, um ganho de escala temporal e econômico compatível com os princípios da eficiência, da economicidade e da sustentabilidade fiscal que regem a Administração Pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 353.960,00

O valor estimado total desta compra (considerando apenas duas casas decimais depois da vírgula) é de R\$ 353.960,00 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta reais).

Outrossim, de acordo com a memória de cálculo constante no relatório da Pesquisa de Preço, os valores unitários e totais de cada item se encontram resumidos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>ÔNIBUS USADO</p> <ul style="list-style-type: none">• Ano de Fabricação/Modelo: No mínimo 2009.• Eixos: Não pode ser trucado (dois eixos simples).• Capacidade: Mínima de 46 (quarenta e seis) passageiros sentados.• Estrutura: Gabinado.• Conforto: Ar-condicionado em pleno funcionamento; banheiro (WC) em pleno funcionamento; geladeira elétrica.• Motorização: Motor traseiro, com no mínimo 06 (seis) cilindros em linha.					

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fermandopolis.1doc.com.br/verificacao/435F-0045-A737-C118> e informe o código 435F-0045-A737-C118



1	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia do Motor: No mínimo 04 (quatro) válvulas por cilindro, com sistema turbo e intercooler. • Potência: Movido a óleo diesel, com no mínimo 340 (trezentos e quarenta) CV de potência. • Suspensão: Suspensão pneumática. • Transmissão: Câmbio eletrônico programado. • Pneus: Pneus de primeira vida, com no mínimo 80% (oitenta por cento) de borracha, não sendo aceitos pneus reformados, recauchutados ou ressulcados. • Segurança/Operacional: Direção no mínimo hidráulica; freios a ar; freio de estacionamento tipo "Maneco". • Painel e Instrumentos: Painel de instrumentos equipado com tacógrafo, hodômetro e conta-giros; indicadores de temperatura do líquido de arrefecimento, pressão do óleo do motor e pressão pneumática do sistema de freios. • Outros Itens: Tanque de combustível com capacidade mínima de 400 (quatrocentos) litros; itinerário eletrônico; regulagem de volante escamoteável; saída de emergência. • Condição Geral: O veículo deverá estar em perfeitas condições de funcionamento, incluindo parte mecânica, funilaria e aspectos visuais internos e externos, devendo conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). • Avaliação Técnica: O veículo deverá obrigatoriamente passar por avaliação presencial, a ser realizada pelos responsáveis da Frota Municipal do Município de Fernandópolis, juntamente com mecânico responsável formalmente designado pela Prefeitura Municipal. 	628783	UNIDADE	1	R\$ 353.960,00	R\$ 353.960,00
---	--	--------	---------	---	----------------	----------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em estrita observância ao comando normativo insculpido no Art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública o dever de parcelar o objeto sempre que for técnica e economicamente viável, fez-se necessária a análise pormenorizada acerca da possibilidade de divisão desta contratação.

Ocorre que, no presente caso, o objeto material da licitação consubstancia-se na aquisição de um bem móvel singular e intrinsecamente indivisível, qual seja, 01 (uma) unidade de ônibus rodoviário usado. Por essa razão, a Equipe de Planejamento deliberou, mediante fundamentação, pelo não parcelamento da contratação, devendo o fornecimento ser realizado por item único e por um único contratado.

Isto se justifica porquanto o fracionamento da compra em lotes distintos, visando à aquisição separada de componentes como chassi, motor, ou carroceria, afigura-se não apenas tecnicamente inviável para o fim a que se destina, mas também antieconômico. A necessidade pública visa, essencialmente, a obtenção de um ativo rodoviário completo, operacional e integralmente certificado (com homologação e documentação veicular válidas), pronto para o transporte de pacientes, com garantias sólidas de funcionamento.

O parcelamento comprometeria a integridade do ativo, inviabilizaria a coordenação e a compatibilidade dos sistemas essenciais (motorização, suspensão, freios) e, como consequência lógica, diluiria a responsabilidade do fornecedor pela garantia integral do veículo, elevando sobremaneira o risco operacional da Administração. Além disso, a divisão do objeto implicaria o aumento dos custos de gestão, fiscalização e logística, violando, por este fato, o princípio da economicidade e o interesse público primário. Dessa forma, a aquisição do ônibus rodoviário em sua plenitude, por item único, é a única solução capaz de satisfazer a necessidade identificada com o nível de qualidade e segurança exigido.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação, embora se trate de aquisição pontual de bem móvel, guarda inequívoca relação de interdependência com outros instrumentos contratuais e atos administrativos estabelecidos no âmbito da Administração Municipal, de modo a assegurar a plena eficácia, economicidade e a longevidade da solução pretendida. Nesse contexto, destaca-se que a operacionalização continuada do ônibus rodoviário usado a ser adquirido está diretamente condicionada à sua integração ao contrato atualmente vigente de prestação de serviços de manutenção veicular terceirizada (quarteirização), executado pela empresa Link Benefícios. Trata-se de interdependência de natureza operacional, uma vez que a disponibilidade e o adequado desempenho do bem a ser adquirido dependem da execução regular, eficiente e ininterrupta dos serviços de manutenção previstos no referido ajuste.

Importa salientar que as especificações técnicas definidas para o veículo, especialmente no que se refere à motorização, ao sistema de suspensão e demais elementos estruturais, foram deliberadamente delineadas com o intuito de compatibilizar o bem com a rotina de manutenção estabelecida, mitigando custos, reduzindo tempos de parada e ampliando a confiabilidade da frota vinculada à Secretaria Municipal de Saúde. Assim, a definição do objeto não ocorre de forma isolada, mas integra uma solução administrativa mais ampla, estruturada para garantir eficiência operacional e racionalidade do gasto público, em estrita observância aos princípios que regem a Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação, embora não tenha sido originalmente incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025, encontra-se plenamente alinhada com a estratégia administrativa do Município, especialmente no que se refere às diretrizes e prioridades definidas para a área da saúde. A aquisição do ônibus rodoviário, ao viabilizar o transporte de pacientes para atendimentos especializados fora do domicílio, concretiza o direito fundamental à saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal e guarda relação direta com a política de Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Nesse contexto, o objeto da contratação constitui medida essencial para assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança do Transporte Fora de Domicílio, indispensável ao acesso da população a serviços especializados na rede regional de referência, demonstrando compatibilidade com os objetivos estratégicos da Administração Municipal.

A ausência dessa aquisição no PCA de 2025 justifica-se pela superveniência de uma necessidade urgente, identificada somente após o encerramento do planejamento anual. Tal demanda decorre de fatores que não foram previstos, ou que foram inadequadamente dimensionados pela gestão anterior, especialmente no que diz respeito ao estado de obsolescência da frota utilizada no transporte intermunicipal de pacientes. O Plano de Contratações Anual de 2025 não contemplou a necessidade de substituição ou reforço dessa frota, tampouco previu o impacto do aumento expressivo dos custos de manutenção, que acabaram por comprometer a economicidade do serviço. Conforme demonstrado na justificativa da necessidade, o gasto acumulado de R\$ 244.446,34 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos), em apenas três anos, com a manutenção do veículo de placa CPV-5584 tornou-se financeiramente insustentável apenas após a consolidação do PCA, o que evidencia a ocorrência de situação emergente que exige resposta imediata do Poder Público.

Diante desse cenário, a presente contratação, ainda que realizada fora do ciclo regular de planejamento anual, revela-se imprescindível, inadiável e plenamente aderente à estratégia administrativa do Município. A medida atende ao interesse público primário, preserva a continuidade das políticas de saúde e justifica, de forma robusta, sua execução extemporânea ao PCA do exercício de 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a presente contratação evidenciam ganhos diretos em economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, de modo a demonstrar que a aquisição representa a solução mais vantajosa para o Município. Do ponto de vista financeiro, a medida interrompe um ciclo de despesas antieconômicas decorrentes da manutenção intensiva do veículo atualmente utilizado no Transporte Fora de Domicílio, cujo custo acumulado atingiu R\$ 244.446,34 (duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos) em menos de três anos. A substituição do ativo elimina gastos crescentes e imprevisíveis, estabiliza a previsibilidade orçamentária e converte o investimento de capital — no valor de R\$ 353.960,00 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta reais) — em significativa economia de custeio no médio e longo prazo, na medida em que reduz drasticamente a necessidade de manutenção corretiva. Além disso, o novo veículo permitirá melhor aproveitamento do contrato de quarterização da frota, uma vez que sua maior confiabilidade mecânica deslocará o foco da equipe terceirizada para ações de manutenção preventiva de custo estável, evitando intervenções emergenciais mais onerosas.

Sob a perspectiva dos recursos materiais, a aquisição otimiza o uso do patrimônio veicular municipal ao garantir que o novo ônibus, dotado de motorização de maior confiabilidade, suspensão pneumática, ar-condicionado e sanitário, seja empregado em sua função mais crítica: o transporte intermunicipal de longa distância para atendimento de pacientes. Essa medida assegura regularidade operacional, reduz o risco de interrupções e afasta a necessidade de contratações emergenciais. Paralelamente, o veículo antigo, de placa CPV-5584, será realocado para atividades internas de menor criticidade, possibilitando o aproveitamento racional de seu valor residual e evitando a aquisição de um segundo veículo para essas demandas específicas.

No que se refere aos recursos humanos, a contratação repercute positivamente na rotina da Secretaria Municipal de Saúde, liberando servidores, motoristas e gestores da carga operacional decorrente das frequentes avarias e indisponibilidades do veículo atual. A confiabilidade do novo ativo reduz o tempo despendido na resolução de problemas mecânicos e permite que a equipe concentre suas atividades na finalidade essencial do setor. Somado a isso, o fornecimento de um veículo com condições adequadas de conforto e segurança garante melhores condições de trabalho aos motoristas e acompanhantes e reforça o compromisso institucional com a dignidade dos pacientes transportados.

Dessa forma, evidencia-se que a aquisição proposta não se limita a atender uma necessidade emergencial assistencial, mas produz um resultado líquido positivo para a Administração, traduzido em maior eficiência operacional, redução de custos recorrentes, racionalização de recursos e plena aderência ao interesse público primário. Trata-se, portanto, da alternativa mais vantajosa e sustentável para o Município.

13. Providências a serem Adotadas

A celebração da aquisição do ônibus rodoviário usado exige a adoção de providências administrativas e técnicas prévias, indispensáveis para assegurar a conformidade do bem, a eficiência do controle e a plena eficácia da fiscalização contratual. Nesse sentido, a Administração Municipal já procedeu à designação formal e permanente dos responsáveis pela condução do ajuste, utilizando a estrutura consolidada do Departamento de Gestão de Contratos, aos quais competirá acompanhar, controlar e validar todas as etapas de execução. A supervisão geral permanecerá a cargo do Departamento de Gestão de Contratos, unidade composta por profissionais experientes e detentores de expertise na condução de instrumentos congêneres, sendo a capacitação necessária realizada internamente, por meio de estudo do Termo de Referência, do processo administrativo e das especificações técnicas, dispensada a contratação de cursos externos diante da competência técnica já instalada.

Antes da formalização do contrato, será obrigatoriamente realizada uma vistoria técnica no veículo ofertado, se necessário, por comissão técnica de apoio. Essa vistoria constitui ato administrativo essencial para verificar a aderência do bem às especificações mínimas, seu estado de conservação, sua procedência e seu pleno funcionamento, sendo sua aprovação condição indispensável ao prosseguimento da contratação.

A adoção integrada dessas providências demonstra que o Município de Fernandópolis-SP está plenamente preparado para celebrar, fiscalizar e acompanhar a presente contratação, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e mitigação dos riscos inerentes à aquisição de um bem usado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação foi integralmente concebida sob rigorosos critérios de sustentabilidade, em estrito atendimento ao comando normativo do Artigo 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, com o propósito de mitigar os impactos ambientais e promover a responsabilidade socioambiental. De fato, o potencial impacto ecológico associa-se, precipuamente, à emissão de poluentes atmosféricos durante a fase operacional e à gestão de resíduos no encerramento da vida útil do bem. Não obstante, a solução administrativa ora adotada incorpora medidas mitigadoras de alta eficácia, porquanto a opção estratégica pela aquisição de um ônibus usado ou seminovo, com ano/modelo mínimo de 2009, configura a medida mais relevante de sustentabilidade, privilegiando o reuso de ativos duráveis.

Por conseguinte, tal escolha reduz substancialmente o impacto ecológico decorrente do processo industrial de fabricação de um novo veículo, o qual exige intensa extração de matérias-primas e significativo consumo energético. Outrossim, o Termo de Referência estabelecerá, como condição inarredável, que o veículo esteja em plena conformidade com as normas vigentes de controle de emissão de poluentes aplicáveis ao seu ano de fabricação, destarte assegurando o atendimento aos parâmetros de eficiência energética e o compromisso com a mitigação dos impactos durante a operação, superando os padrões de emissão do ativo obsoleto.

Ademais, no que tange à logística reversa e ao desfazimento, a Administração garantirá que, ao atingirem o fim definitivo de sua vida útil, ambos os ativos veiculares (o novo e o antigo - CPV-5584) serão objeto de alienação ou sucateamento. Esta providência assegurará que o desmonte, a descontaminação e a reciclagem dos componentes sejam realizados por empresas especializadas e licenciadas. Dessa maneira, garante-se o correto tratamento dos resíduos perigosos e o reaproveitamento dos materiais recicláveis, fechando o ciclo de vida do ativo de forma ambientalmente responsável. Em suma, a contratação proposta harmoniza, em sua plenitude, a racionalidade econômica, a eficiência administrativa e a responsabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise exaustiva e pormenorizada de todos os aspectos técnicos, econômicos, jurídicos e ambientais da solução proposta, a Equipe de Planejamento manifesta seu posicionamento conclusivo favorável à adequação da aquisição de 01 (um) Ônibus Rodoviário Usado. Isso posto, a presente contratação revela-se como a única alternativa capaz de garantir o atendimento integral, eficiente e seguro da necessidade pública identificada, qual seja, a continuidade ininterrupta do Transporte Público de Domicílio.

Nesse sentido, o investimento de capital no valor de R\$ 353.960,00 (trezentos e cinquenta e três mil novecentos e sessenta reais) demonstra-se estritamente necessário, visto que constitui a solução derradeira para a interrupção do ciclo de despesas de custeio antieconômicas gerado pelo veículo atualmente em uso. Com efeito, o gasto acumulado de R\$ 244.446,34 (duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos), em apenas três anos, com a manutenção do ativo obsoleto será revertido em uma significativa recuperação da economicidade para o Município no longo prazo. Ademais, a escolha por um ativo com alta confiabilidade e especificações modernas mitiga substancialmente o risco de interrupção do serviço essencial, que é inerente a falhas do veículo antigo, reforçando o compromisso assistencial da Administração.

Por conseguinte, a solução proposta otimiza o uso dos recursos públicos, à medida que promove o redirecionamento do veículo antigo para rotas internas de menor criticidade, evitando a aquisição de um segundo ativo para essa função. Finalmente, a presente solução está em consonância com as diretrizes e metas estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo ao princípio constitucional da eficiência e ao dever de garantir o acesso à saúde. Em síntese, o Estudo Técnico Preliminar conclui pela plena adequação técnica, econômica, ambiental e operacional da contratação, sendo esta a alternativa mais sustentável e vantajosa para o interesse público primário.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE MARTINS PINTO NETO

Autoridade competente

RELAÇÃO DE PEDIDOS

Página 1

Período (Pedido): 01/01/2023 à 31/12/2023

Período (Entrega): Geral

Centro de Custo: 289

Grupo : 10/02/2023

Nº Pedido Data	Ficha Fornecedor	Valor Total
00645/23 10/02/2023	228 AUREO SIQUEIRA CALORI - ME	140,00
Centro de Custo 289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE	
Empenho(s)	Ficha Data Valor Nº Licitação Modalidade Nº Mod. Lic. Processo	
1829	228 10/02/2023 140,00 2821 DISPENSA 0207/22 456/22	

TOTAL PEDIDO

3

140,00

Nº Pedido Data	Ficha Fornecedor	Valor Total
00646/23 10/02/2023	231 AUREO SIQUEIRA CALORI - ME	45,00
Centro de Custo 289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE	
Empenho(s)	Ficha Data Valor Nº Licitação Modalidade Nº Mod. Lic. Processo	
1830	231 10/02/2023 45,00 2821 DISPENSA 0207/22 456/22	

TOTAL PEDIDO

1

45,00

TOTAL GRUPO 10/02/2023

4

185,00

Grupo : 16/03/2023

Nº Pedido Data	Ficha Fornecedor	Valor Total
01461/23 16/03/2023	231 CLAUDENIR LOZANO GARCIA	113,00
Centro de Custo 289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE	
Empenho(s)	Ficha Data Valor Nº Licitação Modalidade Nº Mod. Lic. Processo	
3544	231 16/03/2023 113,00 2821 PREGÃO ELETRÔNICO 0207/22 456/22	

TOTAL PEDIDO

3

113,00

TOTAL GRUPO 16/03/2023

3

113,00

Grupo : 17/03/2023

Nº Pedido Data	Ficha Fornecedor	Valor Total
01506/23 17/03/2023	228 AUREO SIQUEIRA CALORI - ME	127,90
Centro de Custo 289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE	
Empenho(s)	Ficha Data Valor Nº Licitação Modalidade Nº Mod. Lic. Processo	
3638	228 17/03/2023 127,90 2821 DISPENSA 0207/22 456/22	

TOTAL PEDIDO

3

127,90

Nº Pedido Data	Ficha Fornecedor	Valor Total
01507/23 17/03/2023	231 AUREO SIQUEIRA CALORI - ME	50,00
Centro de Custo 289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE	
Empenho(s)	Ficha Data Valor Nº Licitação Modalidade Nº Mod. Lic. Processo	
3639	231 17/03/2023 50,00 2821 DISPENSA 0207/22 456/22	

TOTAL PEDIDO

1

50,00

TOTAL GRUPO 17/03/2023

4

177,90

Grupo : 04/04/2023

Nº Pedido Data	Ficha Fornecedor	Valor Total
01877/23 04/04/2023	228 DEVANIR DE FIGUEIREDO LTDA	4.035,00
Centro de Custo 289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE	
Empenho(s)	Ficha Data Valor Nº Licitação Modalidade Nº Mod. Lic. Processo	
4790	228 04/04/2023 4.035,00 2821 DISPENSA 0207/22 456/22	

TOTAL PEDIDO

22

4.035,00

Página 2

Período (Entrega): Geral

Centro de Custo: 289

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor				Valor Total
01878/23 04/04/2023		231 DEVANIR DE FIGUEIREDO LTDA				4.770,00
Centro de Custo 289		170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE				
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic. Processo
4791	231	04/04/2023	4.770,00		DISPENSA	

1	4.770,00
---	----------

23	8.805,09
----	----------

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor				Valor Total
01882/23 05/04/2023		228 - TIAGO SILVA ROLIM ME				244,00
Centro de Custo 289		170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE				
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic. Processo
4797	228	05/04/2023	244,00		DISPENSA	

3	244,000
---	---------

Valor Total

01883/23	05/04/2023	231	TIAGO SILVA ROLIM ME				180,00
Centro de Custo		289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE				
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo
4798	231	05/04/2023	180,00		DISPENSA		

1 180,000

4	424,000
---	---------

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor				Valor Total	
04110/23 01/08/2023		231 - CLAUDENIR LOZANO GARCIA				160,00	
Centro de Custo 289		170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE					
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo
10830	231	01/08/2023	160,00	2821	PREGÃO ELETRÔNICO	0207/22	456/22

4	160,000
---	---------

4 160,005

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor				Valor Total	
05308/23	25/10/2023	228	LINCETRATOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR				1.292,00
Centro de Custo		289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE				
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo
14116	228	25/10/2023	1.292,00	2898	PREGÃO ELETRÔNICO	0197/22	434/22

2	1.292,00	1.292,00
---	----------	----------

2	1.292,00	2
---	----------	---

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor		Valor Total		
05414/23	06/11/2023	228	DEVANIR DE FIGUEIREDO LTDA		5.413,43	
Centro de Custo 289		170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE				
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic. Processo
14714	228	06/11/2023	5.413,43	3433	DISPENSA ELETRÔNICA	0272/23 476/23

115	5.419,43	115	5.419,43
-----	----------	-----	----------

Valor Total

05415/23	06/11/2023	228	DEVANIR DE FIGUEIREDO LTDA					362,50
Centro de Custo		289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE					
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo	
14715	228	06/11/2023	362.50	3433	DISPENSA ELETRÔNICA	0272/23	476/23	

10 36250

RELAÇÃO DE PEDIDOS

Página 3

Período (Pedido): 01/01/2023 à 31/12/2023

Período (Entrega): Geral

Centro de Custo: 289

Grupo : 06/11/2023

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor					Valor Total	
05416/23 06/11/2023		231	DEVANIR DE FIGUEIREDO LTDA					3.260,00
Centro de Custo 289		170	ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE					
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo	
14717	231	06/11/2023	3.260,00	3433	DISPENSA ELETRÔNICA	0272/23	476/23	

TOTAL PEDIDO				1			3.260,00
TOTAL GRUPO	06/11/2023			126			9.035,93

Grupo : 30/11/2023

Nº Pedido		Data	Ficha Fornecedor				Valor Total			
05982/23		30/11/2023	231	OFICINA MECANICA SÓ PESADOS LTDA- ME				220,00		
Centro de Custo		289	170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE							
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo			
15816	231	30/11/2023	220,00	3480	DISPENSA	0040/23	523/23			

TOTAL PEDIDO				1			220,00
TOTAL GRUPO	30/11/2023			1			220,00

Grupo : 12/12/2023

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor						Valor Total
06163/23 12/12/2023		228 TIAGO SILVA ROLIM ME						1.783,00
Centro de Custo 289		170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE						
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo	
16432	228	12/12/2023	1.783,00	3500	DISPENSA	0050/23	543/23	

TOTAL PEDIDO				4,8			1.783,00
--------------	--	--	--	-----	--	--	----------

Nº Pedido Data		Ficha Fornecedor					Valor Total	
06164/23 12/12/2023		231	TIAGO SILVA ROLIM ME					700,00
Centro de Custo 289		170 - ÔNIBUS MB CPV-5584 - SAÚDE						
Empenho(s)	Ficha	Data	Valor	Nº Licitação	Modalidade	Nº Mod. Lic.	Processo	
16440	231	12/12/2023	700,00	3500	DISPENSA	0050/23	543/23	

TOTAL PEDIDO				1			700,00
TOTAL GRUPO	12/12/2023			5,8			2.483,00

TOTAL GERAL				176,8			22.895,93
-------------	--	--	--	-------	--	--	-----------

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fermandopolis.1doc.com.br/verificacao>



Data inicial: 14/04/2024, Data final: 12/11/2025, Veiculo: CPV-5584 - MERCEDES BENZ INDUSCAR GIRO 3600, Unidade: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Marca: TODAS, Modelo: TODOS

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patri mônio	Km/H orímetro	Estabelecimen to	Cidade	UF	CNPJ	Unidade	Subunidade	Tipo OS	Categoria OS	Nome Aprovador	CPF Aprovador	NF Peças	NF MDO	NF Conjugada	Declaração	Correção	Conduto r que entre gou	Conduto r que retirou	Responsá vel Técnico	Total MDO	Taxa desconto MDO	MDO com desconto	Total Peças	Taxa desconto Peças	Peças com desconto	Total
4469	14/10/2025	CPV-5584	0510661000000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	199311	OFICINA IPIRANGA	FERNANDOPOLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ELÉTRICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	N/A	11033	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	WILTON	R\$ 250,00	2,90%	R\$ 242,75	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 242,75
4336	30/09/2025	CPV-5584	0510661000000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	197229	CENTRO AUTOMOTIVO GP	FERNANDOPOLIS	SP	54.601.224/0001-88	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	LUBRIFICANTES E FILTROS	PREVENTIVA	WALACE	400.546.818-71	4871	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	GERVASIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.428,00	2,90%	R\$ 1.386,59	R\$ 1.386,59
4111	16/09/2025	CPV-5584	0510661000000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	191486	AUTO ELÉTRICO DO AUREO	FERNANDOPOLIS	SP	08.301.082/0001-16	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ELÉTRICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	3380	4012	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	AUREO SIQUEIRA	R\$ 65,00	2,89%	R\$ 63,12	R\$ 194,00	2,90%	R\$ 188,38	R\$ 251,50
4222	12/09/2025	CPV-5584	0510661000000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	194765	CLAUDENIR LOZANO GARCIA	FERNANDOPOLIS	SP	11.808.871/0001-52	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	BORRACHARIA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	N/A	5153	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	CLAUDENIR	R\$ 380,00	2,90%	R\$ 368,98	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 368,98
4218	12/09/2025	CPV-5584	0510661000000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	194765	CLAUDENIR LOZANO GARCIA	FERNANDOPOLIS	SP	11.808.871/0001-52	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	BORRACHARIA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	N/A	5155	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	CLAUDENIR	R\$ 483,00	2,90%	R\$ 468,99	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 468,99
3950	18/08/2025	CPV-5584	0510661000000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	189393	MECANICA DIES EL NOSSA SRA APARECIDA	FERNANDOPOLIS	SP	07.240.544/0001-70	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MECANICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	8284	8285	N/A	SIM	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	DEVANILSON	R\$ 240,00	2,90%	R\$ 233,04	R\$ 1.594,20	2,91%	R\$ 1.547,81	R\$ 1.780,85

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patrimônio	Km/H órmetro	Estabelecimento	Cidade	UF	CNPJ	Unidade	Subunidade	Tipo OS	Categoria OS	Nome Aprovador	CPF Aprovador	NF Peças	NF MDO	NF Conjugada	Declaração	Correção	Condutor que entregou	Condutor que retirou	Responsável Técnico	Total MDO	Taxa desconto MDO	MDO com desconto	Total Peças	Taxa desconto Peças	Peças com desconto	Total
3908	08/08/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	187293	LINCE TRACTOR COMERCIO	FERNANDOPOLIS	SP	11.371.179/0002-90	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	LUBRIFICANTES E FILTROS	PREVENTIVA	WALACE	400.546.818-71	14311	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	ABILIO LORENZETTI JUNIOR	BRUNO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.440,00	2,90%	R\$ 1.398,24	R\$ 1.398,24
3844	31/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	186236	AUTO POSTO BRASIL DE FERNANDOPOLIS LTDA	FERNANDOPOLIS	SP	46.933.438/0001-23	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	LAVAGEM	LAVAGEM	WALACE	400.546.818-71	N/A	756	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDREI PEREIRA	JOÃO	R\$ 400,00	2,90%	R\$ 388,40	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 388,40
3729	22/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	184141	AUTO ELETRICO DO AUREO	FERNANDOPOLIS	SP	08.301.082/0001-16	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ELÉTRICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	N/A	3929	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDREI PEREIRA	AUREO SIQUEIRA	R\$ 216,67	2,90%	R\$ 210,39	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 210,39
3736	21/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	184141	AUTO ELETRICO DO AUREO	FERNANDOPOLIS	SP	08.301.082/0001-16	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ELÉTRICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	3305	3922	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDREI PEREIRA	AUREO SIQUEIRA	R\$ 108,33	2,90%	R\$ 105,19	R\$ 175,90	2,91%	R\$ 170,79	R\$ 275,14
3758	21/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	184141	CLAUDENIR LOZANO GARCIA	FERNANDOPOLIS	SP	11.808.871/0001-52	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	BORRACHARIA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	N/A	5042	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	CLAUDENIR	R\$ 370,00	2,90%	R\$ 359,27	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 359,27
3760	21/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	184141	OFICINA IPIRANGA	FERNANDOPOLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MECANICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	29895	10748	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDREI PEREIRA	luciano	R\$ 720,00	2,90%	R\$ 699,12	R\$ 505,02	2,89%	R\$ 490,45	R\$ 1.189,57
3793	21/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDESBENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	184141	OFICINA IPIRANGA	FERNANDOPOLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ELÉTRICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	29893	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDREI PEREIRA	luciano	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 7.500,00	2,90%	R\$ 7.282,50	R\$ 7.282,50

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patrimônio	Km/H órmetro	Estabelecimento	Cidade	UF	CNPJ	Unidade	Subunidade	Tipo OS	Categoria OS	Nome Aprovador	CPF Aprovador	NF Peças	NF MDO	NF Conjugada	Declaração	Correção	Condutor que entre gou	Condutor que retirou	Responsável Técnico	Total MDO	Taxa desconto MDO	MDO com desconto	Total Peças	Taxa desconto Peças	Peças com desconto	Total
3631	10/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	182052	MECANICA DIESEL NOSSA SRA APARECIDA	FERNANDO POLIS	SP	07.240.544/0001-70	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	LUBRIFICANTES E FILTROS	LUBRIFICANTES	WALACE	400.546.818-71	8139	N/A	N/A	SIM	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	DEVANILSON	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 449,07	2,90%	R\$ 436,04	R\$ 436,04
3593	08/07/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	181012	OFICINA IPIRANGA	FERNANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MECANICA	EMERGENCIAL	WALACE	400.546.818-71	29836	10709	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	luciano	R\$ 1.110,00	2,90%	R\$ 1.077,81	R\$ 1.823,68	2,90%	R\$ 1.770,80	R\$ 2.848,61
3377	16/06/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	178026	CENTRO AUTOMOTIVO GP	FERNANDO POLIS	SP	54.601.224/0001-88	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	LUBRIFICANTES E FILTROS	PREVENTIVA	WALACE	400.546.818-71	4720	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	WALACE ANDRÉ PEREIRA	GERVASIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 770,00	2,90%	R\$ 747,66	R\$ 747,66
2209	29/05/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	160939	OFICINA IPIRANGA	FERNANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	N/A	10661	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	luciano	R\$ 600,00	2,90%	R\$ 582,60	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 582,60
3015	26/05/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	171733	AUTO ELÉTRICO DO AUREO	FERNANDO POLIS	SP	08.301.082/0001-16	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ELÉTRICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	3212	3832	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	AUREO SIQUEIRA	R\$ 116,67	2,90%	R\$ 113,29	R\$ 325,00	2,89%	R\$ 315,60	R\$ 428,96
3075	19/05/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	172783	CRPEÇA E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS	FERNANDO POLIS	SP	02.484.305/0001-41	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	TAPEÇARIA	PREVENTIVA	THIAGO	004.838.731-28	23026	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	ABILIO LORENZETTI JUNIOR	LAERCIO ANICETE SOARES	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.606,80	2,90%	R\$ 1.560,18	R\$ 1.560,18
3086	12/05/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	172783	OFICINA IPIRANGA	FERNANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	29653	10635	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	RUBENS GERMANO CARVALHO	luciano	R\$ 500,00	2,90%	R\$ 485,50	R\$ 1.207,50	2,90%	R\$ 1.172,50	R\$ 1.680,00



Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patri mônio	Km/H orímetro	Estab eleci mento	Cidade	UF	CNPJ	Unidade	Subunidade	Tipo OS	Categoria OS	Nome Aprovador	CPF Aprovador	NF Peças	NF MDO	NF Conjugada	Declaração	Correção	Condutor que entre gou	Condutor que retirou	Responsável Técnico	Total MDO	Taxa desconto MDO	MDO com desconto	Total Peças	Taxa desconto Peças	Peças com desconto	Total
2979	29/04/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	171733	OFICINA IPIRANGA	FERNANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	29622	10622	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	RUBENS GERMANO CARVALHO	luciano	R\$ 500,00	2,90%	R\$ 485,50	R\$ 666,72	2,93%	R\$ 647,18	R\$ 1.132,68
2513	29/04/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	164185	CR PECA SE SERV ICOS PARA VEIC ULOS	FERNANDO POLIS	SP	02.484.305/0001-41	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MONITORAMENTO	SERV ICOS	THIAGO	004.838.731-28	N/A	9042	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	ABILIO LORENZETI JUNIOR	ILTON MAR DA SILVA TERUEL	R\$ 550,00	2,90%	R\$ 534,05	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 534,05
2594	29/04/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	165285	CR PECA SE SERV ICOS PARA VEIC ULOS	FERNANDO POLIS	SP	02.484.305/0001-41	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	22951	9044	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	ABILIO LORENZETI JUNIOR	LAERCIO ANICETE SOARES	R\$ 720,09	2,90%	R\$ 699,21	R\$ 6.060,00	2,90%	R\$ 5.884,24	R\$ 6.583,45
2915	29/04/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	169592	CR PECA SE SERV ICOS PARA VEIC ULOS	FERNANDO POLIS	SP	02.484.305/0001-41	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	TAPECARIA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	N/A	4	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	ABILIO LORENZETI JUNIOR	LAERCIO ANICETE SOARES	R\$ 1.280,00	2,90%	R\$ 1.242,88	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 1.242,88
2841	22/04/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	169592	MECANICA DIES EL NOSSA SRA APARECIDA	FERNANDO POLIS	SP	07.240.544/0001-70	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	7936	7937	N/A	SIM	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	DEVANILSON	R\$ 150,00	2,90%	R\$ 145,65	R\$ 705,38	2,90%	R\$ 684,92	R\$ 830,20
2789	02/04/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	167444	LINCE TRATOR COMERCIO	FERNANDO POLIS	SP	11.371.179/0002-90	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	LUBRIFICANTES E FILTROS	LUBRIFICANTES	THIAGO	004.838.731-28	13160	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	ABILIO LORENZETI JUNIOR	BRUNO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 95,00	2,89%	R\$ 92,25	R\$ 92,25
2666	31/03/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDEZ BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	166397	AUTO ELET RICO DO AUREO	FERNANDO POLIS	SP	08.301.082/0001-16	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ELÉTRICA	AR-CONDICIONADO	THIAGO	004.838.731-28	3158	3779	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	AUREO SIQUEIRA	R\$ 816,67	2,90%	R\$ 792,99	R\$ 3.826,00	2,90%	R\$ 3.715,05	R\$ 4.508,04

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patri mônio	Km/H orímetro	Estab eleci mento	Cidade	UF	CNPJ	Unidade	Subunidade	Tipo OS	Categoria OS	Nome Aprovador	CPF Aprovador	NF Peças	NF MDO	NF Conjugada	Declaração	Correção	Condutor que entregou	Condutor que retirou	Responsável Técnico	Total MDO	Taxa desconto MDO	MDO com desconto	Total Peças	Taxa desconto Peças	Peças com desconto	Total
2693	27/03/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROPRIO	MERCEDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	166397	OFICINA IPIRANGA	FERNANDOPOLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	29515	10567	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	LUCIANO	R\$ 180,00	2,90%	R\$ 174,78	R\$ 251,87	2,90%	R\$ 244,57	R\$ 419,35
2550	17/03/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROPRIO	MERCEDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	164185	CLAUDENIR LOZANO GARCIA	FERNANDOPOLIS	SP	11.808.871/0001-52	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	BORRACHARIA	BORRACHARIA	THIAGO	004.838.731-28	N/A	4740	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	Claudemir	R\$ 698,00	2,90%	R\$ 677,66	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 677,66
2509	13/03/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROPRIO	MERCEDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	164185	AUTO POSTO BRASIL DE FERNANDOPOLIS LTDA	FERNANDOPOLIS	SP	46.933.438/0001-23	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	LAVAGEM	LAVAJATO	THIAGO	004.838.731-28	N/A	620	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO DI MOLENA MENDES DIEGUES Y RODRIGUES	JOÃO	R\$ 390,00	2,90%	R\$ 378,69	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 378,69
2266	28/02/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROPRIO	MERCEDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	161939	CLAUDENIR LOZANO GARCIA	FERNANDOPOLIS	SP	11.808.871/0001-52	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	BORRACHARIA	PREVENTIVA	THIAGO	004.838.731-28	94	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	Claudemir	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 16,530,00	2,90%	R\$ 16,050,66	R\$ 16,050,66
2271	27/02/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROPRIO	MERCEDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	161939	MECANICA DIESEL NOSSA SRA APARECIDA	FERNANDOPOLIS	SP	07.240.544/0001-70	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	MECANICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	7866	7867	N/A	SIM	NÃO	NAO IDENTIFICADO	THIAGO ROSSATO E SILVA	CLAUDENIR	R\$ 400,00	2,90%	R\$ 388,40	R\$ 658,35	2,90%	R\$ 639,26	R\$ 1.027,66
2179	11/02/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROPRIO	MERCEDES BENZ	INDUSCAR GIRO 3600	2006/2006	170	159809	OFICINA IPIRANGA	FERNANDOPOLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ELÉTRICA	CORRETIVA	THIAGO	004.838.731-28	29340	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDENTIFICADO	RUBENS GERMANO CARVALHO	luciano	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 276,00	2,90%	R\$ 268,00	R\$ 268,00

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patri mônio	Km/H orím etro	Estab eleci ment o	Cidad e	UF	CNPJ	Unida de	Subu nidad e	Tipo OS	Categ oria OS	Nome Aprov ador	CPF Aprov ador	NF Peças	NF MDO	NF Conju gada	Decla ração	Corre ção	Cond utor que entre gou	Cond utor que retiro u	Resp onsáv el Técni co	Total MDO	Taxa desco nto MDO	MDO com desco nto	Total Peças	Taxa desco nto Peças	Peças com desco nto	Total
2158	05/02/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	159809	OFICI NA IPIRA NGA	FERN ANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	THIA GO	004.838.731-28	29287	10448	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	luciano	R\$1.950,00	2,90%	R\$1.893,45	R\$1.419,63	2,90%	R\$1.378,48	R\$3.271,93
2080	31/01/2025	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	159200	CARE ASSIS TENCIA 24 HORAS	CONT AGEM	MG	16.614.009/0001-22	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	GUIN CHO	GUIN CHO	THIA GO	004.838.731-28	N/A	54524	N/A	NÃO	NÃO	EZEQ UIAS LUISS NUNES FERR EIRA	EZEQ UIAS LUISS NUNES FERR EIRA	OFICI NA	R\$3.047,63	2,90%	R\$2.959,25	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	R\$2.959,25
1955	27/12/2024	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	154751	ROLI M ACES SORI OS	FERN ANDO POLIS	SP	08.970.638/0001-67	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.507.031-72	8442	5895	N/A	SIM	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	JOSE	R\$850,00	2,90%	R\$825,35	R\$6.310,00	2,90%	R\$6.127,01	R\$6.952,36
1872	27/12/2024	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	153655	AUTO ELET RICO DO AURE O	FERN ANDO POLIS	SP	08.301.082/0001-16	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	ELÉT RICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.507.031-72	3012	3650	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	AURE O SIQU EIRA	R\$95,00	2,89%	R\$92,25	R\$989,00	2,90%	R\$960,32	R\$1.059,57
1834	16/12/2024	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	153655	OFICI NA IPIRA NGA	FERN ANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.507.031-72	10351	2914	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	luciano	R\$3.600,00	2,90%	R\$3.495,60	R\$7.085,00	2,90%	R\$6.879,54	R\$10.639,51
1791	29/11/2024	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	151562	KUBA TRAT ORES	FERN ANDO POLIS	SP	13.154.249/0001-01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.507.031-72	32	104	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	ROGE RIO	R\$700,00	2,90%	R\$679,70	R\$5.958,00	2,90%	R\$5.785,22	R\$6.489,92
1691	28/11/2024	CPV-5584	051066100000059	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/2006	170	148427	OFICI NA IPIRA NGA	FERN ANDO POLIS	SP	47.843.891/0001-01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.507.031-72	29027	10285	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	luciano	R\$1.480,00	2,90%	R\$1.437,08	R\$1.229,04	2,90%	R\$1.193,40	R\$2.639,48

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patri mônio	Km/H orím etro	Estab eleci ment o	Cidad e	UF	CNPJ	Unida de	Subu nidad e	Tipo OS	Categ oria OS	Nome Aprov ador	CPF Aprov ador	NF Peças	NF MDO	NF Conju gada	Decla ração	Corre ção	Cond utor que entre gou	Cond utor que retiro u	Resp onsáv el Técni co	Total MDO	Taxa desco nto MDO	MDO com desco nto	Total Peças	Taxa desco nto Peças	Peças com desco nto	Total
1728	28/11/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14946 8	LINCE TRAC TOR COM ERCI O	FERN ANDO POLIS	SP	11.37 1.179/ 0002- 90	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	LUBRI FICA NTES E FILTR OS	PREV ENTIV A	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	12117	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	Luan	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 70,00	2,90%	R\$ 67,97	R\$ 67,97
1145	04/11/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14615 0	CARE ASSIS TENC IA 24 HORA S	CONT AGEM	MG	16.61 4.009/ 0001- 22	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	GUIN CHO	GUIN CHO	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	N/A	53862	N/A	NÃO	NÃO	EZEQ UIAS LUI S NUNES FERR EIRA	EZEQ UIAS LUI S NUNES FERR EIRA	OFICI NA	R\$ 3.424, 40	2,90%	R\$ 3.325, 10	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 3.325, 10
1319	10/10/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14615 0	OFICI NA IPIRA NGA	FERN ANDO POLIS	SP	47.84 3.891/ 0001- 01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	28764	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	lucian o	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 265,0 0	2,90%	R\$ 257,3 1	R\$ 257,3 1
1364	03/10/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14615 0	RETIF ICA MOT ORES FERN ANDO POLIS	FERN ANDO POLIS	SP	53.86 6.232/ 0001- 93	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	6113	4195	N/A	SIM	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	R\$ 16.37 9,00	2,90%	R\$ 15.90 4,01	R\$ 70.28 3,00	2,90%	R\$ 68.24 4,63	R\$ 84.94 8,64
1166	13/09/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14615 0	OFICI NA IPIRA NGA	FERN ANDO POLIS	SP	47.84 3.891/ 0001- 01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	LUBRI FICA NTES E FILTR OS	PREV ENTIV A	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	28658	10049	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	lucian o	R\$ 100,0 0	2,90%	R\$ 97,10	R\$ 295,6 3	2,90%	R\$ 287,0 6	R\$ 387,1 6
1111	10/09/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14613 9	AUTO ELET RICO DO AURE O	FERN ANDO POLIS	SP	08.30 1.082/ 0001- 16	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	ELÉT RICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	2814	3485	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	AURE O SIQU EIRA	R\$ 175,0 0	2,90%	R\$ 169,9 3	R\$ 360,0 0	2,89%	R\$ 349,6 0	R\$ 519,6 0
1099	09/09/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	14613 9	OFICI NA IPIRA NGA	FERN ANDO POLIS	SP	47.84 3.891/ 0001- 01	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETARI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	MECA NICA	CORR ETIVA	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	28622	10021	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	RUBE NS GER MAN O CARV ALHO	lucian o	R\$ 900,0 0	2,90%	R\$ 873,9 0	R\$ 256,0 1	2,89%	R\$ 248,6 0	R\$ 1.129, 50

Relatório de Manutenção

OS	Data	Placa	Núm Cartão	Prefixo	Tipo Frota	Marca	Modelo	Ano	Patri mônio	Km/H orímetro	Estab eleci mento	Cidad e	UF	CNPJ	Unida de	Subu nidade	Tipo OS	Categ oria OS	Nome Aprov ador	CPF Aprov ador	NF Peças	NF MDO	NF Conju gada	Decla ração	Corre ção	Condu tor que entre gou	Condu tor que retiro u	Resp onsáv el Técni co	Total MDO	Taxa desco nto MDO	MDO com desco nto	Total Peças	Taxa desco nto Peças	Peças com desco nto	Total
264	07/05/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	13276 5	CLAU DENI R LOZA NO GARC IA	FERN ANDO POLIS	SP	11.80 8.871/ 0001- 52	SECR ETÁRI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETÁRI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	BORR ACHA RIA	BORR ACHA RIA	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	N/A	4162	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	EZEQ UIAS LUIS NUNE S FERR EIRA	MAUR ICIO	R\$ 330,0 0	2,90%	R\$ 320,4 3	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 320,4 3
168	02/05/ 2024	CPV- 5584	05106 61000 00005 9	170	PROP RIO	MERC EDES BENZ	INDU SCAR GIRO 3600	2006/ 2006	170	13117 5	CLAU DENI R LOZA NO GARC IA	FERN ANDO POLIS	SP	11.80 8.871/ 0001- 52	SECR ETÁRI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	SECR ETÁRI A MUNI CIPAL DE SAÚDE	AQUI SIÇA O DE PNEU S	EMER GENC IAL	RUBE NS	883.5 07.03 1-72	19	N/A	N/A	NÃO	NÃO	NAO IDEN TIFIC ADO	PAUL O CESA R BRAI DA	Claud enir	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 14.28 0,00	2,90%	R\$ 13.86 5,88	R\$ 13.86 5,88

Totais Agrupados por Categoria

Categoria	Quantidade Manutenções	Total Peças	Total MDO	Total Geral
AR-CONDICIONADO	1	R\$ 3.715,05	R\$ 792,99	R\$ 4.508,04
BORRACHARIA	2	R\$ 0,00	R\$ 998,19	R\$ 998,19
CORRETIVA	27	R\$ 121.668,58	R\$ 35.521,39	R\$ 157.189,97
EMERGENCIAL	12	R\$ 25.316,61	R\$ 3.828,66	R\$ 29.145,27
GUINCHO	2	R\$ 0,00	R\$ 6.284,35	R\$ 6.284,35
LAVA JATO	1	R\$ 0,00	R\$ 378,69	R\$ 378,69
LAVAGEM	1	R\$ 0,00	R\$ 388,40	R\$ 388,40
LUBRIFICANTES	2	R\$ 528,29	R\$ 0,00	R\$ 528,29
PREVENTIVA	7	R\$ 21.498,36	R\$ 97,10	R\$ 21.595,46
SERVICOS	1	R\$ 0,00	R\$ 534,05	R\$ 534,05

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
714/2025	986411	Concluída	ELISEU DA SILVA PEREIRA NE
Título: Pesquisa de Preços para Aquisição de 01 (um) Ônibus Rodoviário Usado			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 353.960,0000	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

628783 - Ônibus Potência: Mínima 225 CV, Capacidade: 42 Lugares , Distância Entre Eixos: 5950 MM, Quantidade Portas: 2 , Cor: Branca

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 314.900,0000

Média

R\$ 353.960,0000

Mediana

R\$ 329.900,0000

Coefficiente de Variação: 10,8559%

Desvio Padrão: 38.425,5436

Maior Preço: R\$ 410.000,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
1	II	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 410.000,0000	13/11/2025	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
13/11/2025	-	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
10:55	http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=lg%252fME8E9xDtQm1WavOvmLCOTIDkL2FFPLUObq8PRQqgHU8nPtm6WA%253d%253d	-



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	II	MUNICÍPIO DE COSMORAMA - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 390.000,0000	13/11/2025	Sim

Data da Cotação
13/11/2025

Marca/Modelo
-

Informações Adicionais
-

Hora da Cotação
10:58

Endereço Eletrônico
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=lg%252fME8E9xqDtQm1WavOvmLCOTIDkL2FFPLUObq8PRQqQU8nPtm6WA%253d%253d>

Anexos
-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	OLX - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 325.000,0000	12/11/2025	Sim

Data da Cotação
12/11/2025

Marca/Modelo
MERCEDES BENZ

Informações Adicionais
-

Hora da Cotação
10:59

Endereço Eletrônico
https://sp.olx.com.br/sao-paulo-e-regiao/autos-e-pecas/onibus/onibus-g7-1200-mercedes-o500r-1373838669?rec=a&lis=vi_web%7C2050%7Csimilar_ads_model%7C1

Anexos
-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	III	OLX - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 314.900,0000	12/11/2025	Sim

Data da Cotação
12/11/2025

Marca/Modelo
-

Informações Adicionais
-

Hora da Cotação
11:00

Endereço Eletrônico
https://sp.olx.com.br/sao-paulo-e-regiao/autos-e-pecas/onibus/onibus-g7-1200-mercedes-o500r-1373838669?rec=a&lis=vi_web%7C2050%7Csimilar_ads_model%7C1

Anexos
-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	III	OLX - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 329.900,0000	12/11/2025	Sim

Data da Cotação
12/11/2025

Marca/Modelo
MERCEDES BENZ

Informações Adicionais
-

Hora da Cotação
11:01

Endereço Eletrônico
https://veiculo.mercadolive.com.br/MLB-5756724752-marcopolo-paradiso-1200-ano-2010-scania-k310-46-lug-ref-521-JM#polycard_client-search-nordic&search_layout-grid&position=48&type=item&tracking_id=1%E2%80%A6

Anexos
-

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

I – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fernandopolis.1doc.com.br/verificacao/435F-0045-A737-C119> e informe o código 435F-0045-A737-C119



aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário usado, ano/modelo mínimo 2010, com capacidade mínima para 43 (quarenta e três) passageiros sentados, equipado com ar-condicionado, banheiro e motor a diesel de no mínimo 290 CV, destinado à Secretaria Municipal de Saúde

II – FONTES CONSULTADAS

Para a obtenção do valor estimado da aquisição, foram consultadas as seguintes fontes, em estrita observância à legislação federal (Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021) e aos parâmetros do Decreto Municipal nº 9.562/2023:

- **Compras.gov.br (Inciso I):** As pesquisas de preços disponíveis na plataforma foram desconsideradas por não apresentarem compatibilidade com as especificações do objeto pretendido.
- **Contratações Similares Feitas pela Administração Pública (Inciso II):** Identificaram-se contratações análogas realizadas pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança e pelo Município de Cosmorama, por meio da plataforma Banco de Preços.
- **Mídias Especializadas (Inciso III):** Foram localizadas três pesquisas de mercado em mídias especializadas do setor automotivo.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A série de preços coletados encontra-se detalhada no relatório técnico anexo, contendo as respectivas fontes, datas, características dos veículos pesquisados e valores obtidos.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

A metodologia adotada consistiu na média aritmética simples dos cinco preços válidos coletados tendo em vista que:

- a amostra apresentou homogeneidade suficiente quanto às características do objeto pesquisado;
- não foram identificados valores destoantes que justificassem a adoção de mediana, menor preço ou critérios de exclusão;
- a média reflete adequadamente o comportamento do mercado para veículos usados com características semelhantes;
- atende às boas práticas de pesquisa de preços, garantindo transparência, objetividade e rastreabilidade da formação do valor estimado.

V – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

Com base na metodologia aplicada, o **valor estimado final da contratação** é de **R\$ 353.960,00** (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta reais).

Certifica-se que o valor estimado está compatível com os preços praticados no mercado e decorre da análise técnica das fontes consultadas, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Relatório emitido em 14/11/2025 11:22

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS

CNPJ: 47.842.836/0001-05

Responsável: MARIANE LANINI BERGAMINI

Matrícula: 517339

Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



Relatório de Cotação: cotação rápida 8

Pesquisa realizada entre 13/11/2025 08:29:15 e 13/11/2025 10:39:46

Relatório gerado no dia 13/11/2025 10:47:08 (IP: 189.57.45.18)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

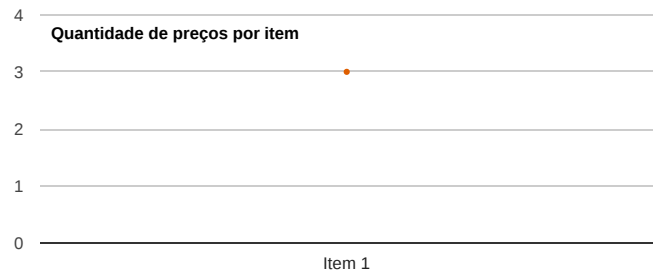
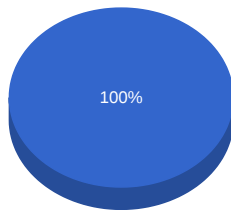
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) ÔNIBUS DE 46 LUGARES USADO	3	1 Unidade	R\$ 458.229,74 (un)	-	R\$ 458.229,74	100%	R\$ 458.229,74

Valor Global: R\$ 458.229,74

Valor do item em relação ao total

1) ÔNIBUS DE 46...



Relatório gerado no dia 13/11/2025 10:47:08 (IP: 189.57.45.18)

Código Validação: lq%2fME8E9xqDtQm1WavOvmLCOTIDkL2FFPLUObq8PRQqgHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=lq%252fME8E9xqDtQm1WavOvmLCOTIDkL2FFPLUObq8PRQqgHU8nPtm6WA%253d%253d>



Detalhamento dos Itens

Item 1: ÔNIBUS DE 46 LUGARES USADO

Preço Estimado: R\$ 458.229,74 (um) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 458.229,74 Média dos Preços Obtidos: R\$ 458.229,74

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	ÔNIBUS DE 46 LUGARES USADO	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 411.000,00
Valor corrigido em 0,31% pelo índice INPC. (Data de atualização: 22/10/2025 Ref.: 09/2025) R\$ 412.269,17
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Esperança	Data: 12/08/2025 16:40
Objeto: Veiculo para transporte de pessoas em atendimento aos diversos programas das Secretarias de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Rural, de Obras, Administracao e de Desenvolvimento Social.	Modalidade: Pregão
	SRP: NÃO
Descrição: ONIBUS 46 LUGARES 1 (um) onibus com sistema de ar-condicionado, poltronas reclinaveis e acolchoada, cintos de seguracas para todos os assentos, espaco adequado para armazenamento de bagagens, sanitario, divisoria com Quantitativo minimo de 46 poltronas, s - ONIBUS 46 LUGARES 1 (um) onibus com sistema de ar-condicionado, poltronas reclinaveis e acolchoada, cintos de seguracas para todos os assentos, espaco adequado para armazenamento de bagagens, sanitario, divisoria com Quantitativo minimo de 46 poltronas, ser do tipo carroceria, , potencia minima de 360 cavalos, no minimo 3 eixos, media de 14 metros de comprimento, ter idade maxima de 14 anos, pintura em perfeito estado, garantia minima do motor de 3 meses. Revisao tecnica de motor, caixa de cambio, diferencial, suspensao, direcao, freios, pneus com no minimo 7 (sete) milímetros de borracha, carroceria (incluindo ar condicionado), paineis, iluminacao, parabrisas e vidros, pintura na cor branca, plotado com a logamarca da prefeitura municipal (que devera ser fornecido ao licitante vencedor). Devendo ser a documentacao livre de multa e de qualquer pendencia junto ao DETRAN, como IPVA, seguro, DPVAT e demais condicoes para uso e rodagem dos veiculos.	Identificação: 412921
	Lote/Item: 1/1
	Ata: Link Ata
	Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
	Quantidade: 1
	Unidade: UN
	UF: ES

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
38.428.119/0001-32	VCS IMPLEMENTOS E VEICULOS LTDA	R\$ 410.000,00
VENCEDOR		
07.689.993/0001-08	LYNX COMERCIO DE VEICULOS LTDA.	R\$ 412.000,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 560.000,00
Valor corrigido em 0,75% pelo índice INPC. (Data de atualização: 22/10/2025 Ref.: 09/2025) R\$ 564.203,92
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



CNPJ: 75.458.836/0001-33

Órgão: Prefeitura Municipal de Itauna do Sul

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ONIBUS RODOVIÁRIO, USADO, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS E OUTROS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Descrição: Veículo tipo ônibus rodoviário - USADO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM AVARIAS E AMASSADOS. Ano/modelo não inferior a 2014. Demais especificações mínimas: capacidade de 46 lugares (poltronas) (motorista e passageiros). Potencia mínima efetiva de 354cv, 4x2, com ar-condicionado; com no mínimo 5 marchas à frente e 1 à ré; motor de no mínimo 4 cilindros, 02 eixos, freios a ar; direção hidráulica; extintor de incêndio, banheiro, sistema de áudio e vídeo, todas de alumínio, macaco hidráulico tipo garrafa compatível com a capacidade de carga do veículo; tacógrafo, kit de ferramentas conforme exigido por leis e normas do CONTRAN; chave de rodas e triângulo; garantia de 03 meses do motor, câmbio e diferencial, com pneus novos ou em bom estado. É obrigatório que o veículo passe por uma vistoria técnica pelo profissional servidor indicado pelo Município.

Data: 18/06/2025 00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: PMIS-182025-Pregão Eletrônico

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Fonte: itaunadosulpr.equipiano.com.br:7474/tr
ansparencia/licitacoes

Quantidade: 1

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
13.497.396/0001-76	CAMPASSI & CAMPASSI TRANSPORTES LTDA	R\$ 560.000,00
VENCEDOR		

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 390.000,00

Valor corrigido em 2,11% pelo índice INPC. (Data de atualização: 22/10/2025 Ref.: 09/2025)

R\$ 398.216,13

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 45.162.054/0001-91

Órgão: MUNICÍPIO DE COSMORAMA

Objeto: Aquisição de 01 Ônibus seminovo, ano/modelo mínimo de 2011, para transporte de alunos e trabalhadores do Município de Cosmorama/SP

Descrição: ÔNIBUS ANO/MODELO MÍNIMO DE 2011, POTÊNCIA MÍNIMA DE MOTOR DE 360 CV, AR-CONDICIONADO DE TETO, BANCOS SOFT, MÍNIMO DE 46 LUGARES, PNEUS EM BOM ESTADO, CÂMBIO MÍNIMO DE 6 MARCHAS, JANELAS LACRADAS, VEÍCULO REVISADO PARA ENTREGA, MOTOR TRASEIRO EM BOM ESTAD - ÔNIBUS ANO/MODELO MÍNIMO DE 2011, POTÊNCIA MÍNIMA DE MOTOR DE 360 CV, AR-CONDICIONADO DE TETO, BANCOS SOFT, MÍNIMO DE 46 LUGARES, PNEUS EM BOM ESTADO, CÂMBIO MÍNIMO DE 6 MARCHAS, JANELAS LACRADAS, VEÍCULO REVISADO PARA ENTREGA, MOTOR TRASEIRO EM BOM ESTADO, COR BRANCA.

Data: 24/03/2025 00:00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

SRP: NÃO

Identificação: 00003325

Lote/Item: 1/1

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: 177.39.84.90:5656/transparencia/

Quantidade: 1

Unidade: UND

UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
00.867.680/0001-45	ASTRA-AGENCIA DE SERVICOS E TRANSPORTES TERRESTRES LTDA	R\$ 390.000,00
VENCEDOR		





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal de Compras Publicas
www.portaldecompraspublicas.com.br

Data: 13/11/2025 10:37:36

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Prefeitura Municipal de Cosmorama/SP
177.39.84.90:5656/transparencia/

Data: 13/11/2025 08:29:15

Acessar a fonte [aqui](#)

3 - Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul/PR
itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes

Data: 13/11/2025 10:39:19

Acessar a fonte [aqui](#)



Relatório gerado no dia 13/11/2025 10:47:08 (IP: 189.57.45.18)

Código Validação: Iq%2fME8E9xqDtQm1WavOvmLCOTIDkL2FFPLUObq8PRQQgHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=Iq%252fME8E9xqDtQm1WavOvmLCOTIDkL2FFPLUObq8PRQQgHU8nPtm6WA%253d%253d>



Anexo 1

MEMORIAL DE CÁLCULO

Item 1 - ÔNIBUS DE 46 LUGARES USADO:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 38.428.119/0001-32	R\$ 563.000,00	R\$ 410.000,00
2 07.689.993/0001-08	R\$ 430.000,00	R\$ 412.000,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 410000.00, 412000.00		
2. Soma das propostas selecionadas: 410000.00 + 412000.00 = 822000.00		
3. Divisão pela quantidade selecionada: 822000.00 / 2 = 411000.00		
4. Valor Calculado: R\$ 411.000,00		
5. Metodologia de correção de índice:		
6. Data início: 08/2025		
7. Data fim: 11/2025		
8. Valor original: R\$ 411.000,00		
9. Valor índice inicial: 7526.72		
10. Valor índice final: 7549.97		
11. Fator de correção para o período: (7549.97 / 7526.72): 1,0031		
12. Valor Corrigido (INPC): R\$ 411.000,00 * 1,0031 = R\$ 412.269,17		

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 13.497.396/0001-76	R\$ 560.000,00	R\$ 560.000,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 560000.00		
2. Valor Calculado: R\$ 560.000,00		
3. Metodologia de correção de índice:		
4. Data início: 06/2025		
5. Data fim: 11/2025		
6. Valor original: R\$ 560.000,00		
7. Valor índice inicial: 7493.71		
8. Valor índice final: 7549.97		
9. Fator de correção para o período: (7549.97 / 7493.71): 1,0075		
10. Valor Corrigido (INPC): R\$ 560.000,00 * 1,0075 = R\$ 564.203,92		

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 00.867.680/0001-45	R\$ 390.000,00	R\$ 390.000,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 390000.00		
2. Valor Calculado: R\$ 390.000,00		
3. Metodologia de correção de índice:		
4. Data início: 03/2025		
5. Data fim: 11/2025		
6. Valor original: R\$ 390.000,00		
7. Valor índice inicial: 7394.19		
8. Valor índice final: 7549.97		
9. Fator de correção para o período: (7549.97 / 7394.19): 1,0211		
10. Valor Corrigido (INPC): R\$ 390.000,00 * 1,0211 = R\$ 398.216,13		



Buscar produtos, marcas e muito mais...

mel+

MEGA

N

Disney

HBO

max

tv+

Por apenas:

R\$ 39,90/mês

Informe seu CEP

Categorias ▾ Ofertas Cupons Supermercado Vender Contato

Crie a sua conta Entre Compras

[Voltar à lista](#) [Carros, Motos e Outros > Ônibus](#)

[Anunciar grátis meu veículo](#) [Compartilhar](#)



6



2010 | 999 km · Anunciado há 20 dias



Paradiso 1200 G7 Mb 0500rs
2010 46 Lug Ar/wc Rd-ref 922

Taboão da Serra, São Paulo

Não verificado

R\$ 314.900

Perguntar

WhatsApp

Você teve problemas com o anúncio? [Avise-nos.](#)

Informações da loja

Aesrepresentacoes

O Mercado Livre verificou os dados por um processo de validação de identidade.

Tempo vendendo no Mercado Livre
11 anos

Veículos à venda
647

Horário de atendimento
COMERCIAL

[Ver telefone](#)

Estes veículos também poderiam te interessar



Marcopolo Paradiso 1200 Ano 2010 Mb O-500 Rs Ar Wc Ref...

R\$ 304.900

2010 | 900.000 Km
Taboão Da Serra - São Paulo

Paradiso 1200 G7 Ano 2012 Mb O-500 Rs Completo Cod...

R\$ 399.900

2012 | 111 Km
Embu Das Artes - São Paulo

Paradiso 1200 G7 Mb Ano 2010 Ligue E Confira Oferta!

R\$ 299.900

2010 | 11 Km
Taboão Da Serra - São Paulo

Faça a cotação de um veículo

Você vai encontrar valores de referência para se certificar de escolher um com bom preço.

[Cotar um veículo](#)

Características do veículo

Marca	Mercedes-Benz
Modelo	PARADISO 1200 G7
Subtipo de ônibus	Rodoviário
Ano	2010
Tipo de combustível	Diesel
Quilômetros	999 km

Informações gerais

Carroceria: MARCOPOLO

Quantidade de pessoas: 46

Direção: Hidráulica

Dicas de segurança

- Do Mercado Livre, nunca te pediremos senhas, PIN ou códigos de verificação pelo WhatsApp, telefone, SMS ou e-mail.
- Não faça depósitos antecipados para garantir o negócio sem antes ver o veículo.
- Não pague sem verificar pessoalmente a documentação e o estado do veículo.
- Verifique se há pendências de multas ou impostos do carro.
- Desconfie caso te passem a conta de um banco desconhecido para fazer a transferência.
- O preço pode incluir custos adicionais como emplacamento, transferência do documento, IPVA e outras despesas governamentais. Confirme o valor final com o vendedor do veículo.

[Ver mais dicas de segurança](#)

Descrição

PARADISO 1200 G7 MB 0500RS

Ano: 2010

ITENS

Usamos cookies para melhorar sua experiência no Mercado Livre. Consulte mais informações na nossa [Central de privacidade](#).



PNEUS SEMI NOVOS
VEÍCULO DE EMPRESA, NÃO FAZ TROCA SOMENTE VENDA

NEGOCIAÇÃO:

Este veículo poderá ser financiado através de financeiras que somos cadastrados sendo que o crédito estará sujeito a avaliação da instituição financeira. Também poderá ser usado qualquer outra financeira a critério do comprador.

AVALIAÇÃO DO VEICULO:

Veículo em operação, para visita e necessário agendamento na empresa. Será atendido pelo proprietário e poderá trazer seu mecânico de confiança para sua avaliação.

FINANCIAMENTO:

Nossa loja tem cadastro os com as principais financeiras do mercado: BV-FINANCEIRA, PORTO-SEGURO, SANTANDER, OMINI, Financiamento em 36,48 e 60 meses (CONFIRA CONDIÇÕES) com isso você tem uma maior segurança no envio de dados cadastrais, uma melhor chance de aprovação e melhores taxas confira!!

PARCELAMENTO NO CARTÃO

Trabalhamos com opção de parcelamento no cartão de crédito parcial ou valor total dependendo do valor do bem (CONFIRA CONDIÇÕES).

AIS UTILITARIOS
COMERCIO E INTERMEDIações DE VENDAS ONIBUS, MICRO ONIBUS E VANS

necessidades de operação.
Temos alguns veículos localizados em nosso estacionamento, e outros veículos consignados.
Trabalhamos com veículos de terceiros ou consignados.
Vamos intermediar a sua venda, procurando um bom negócio para ambas as partes.

Horário de funcionamento: 08:00 às 17:00 de Segunda a Sexta-feira.

Anúncio #5839766240 Denunciar

Destaques em Carros, Motos e Outros

Electricos

Audi E-tron
BYD Dolphin Mini
BYD Yuan Plus
GWM Ora-03 Skin
Nissan Leaf
Volvo EX30
Volvo XC40

Ver tudo ▾

Carros 0 km

Chevrolet Montana 2025
Chevrolet Onix 2025
Chevrolet S10 2025
Chevrolet Spin 2025
Chevrolet Tracker 2025
Hyundai Creta 2025
Hyundai Hb20 2025

Ver tudo ▾

SUV

Fiat pulse 2024
Ford ecosport 2015
Hilux sw4 2015
Honda hr-v 2018
Hyundai creta 2022
Jeep compass 2022
Jeep renegade 2016

Ver tudo ▾

Carros em oferta

Chevrolet Astra 2011
Chevrolet Celta 2015
Chevrolet Onix 2015
Chevrolet Prisma 2015
Fiat Fiorino 2010
Fiat Palio 2010
Ford Ka 2015

Ver tudo ▾

Picapes

Chevrolet Montana 2010
Chevrolet S10 2015
Fiat Strada 2020
Fiat Toro 2017
Ford Ranger 2024
Toyota Hilux 2015
Volkswagen Amarok 2012

Ver tudo ▾

Termos mais procurados

Apple Watch - Ar Condicionado - Ar Condicionado Inverter - Bicicletas - Cafeteira - Carros Novos - Computador - Fogao 4 Boca - Fone De Ouvido Bluetooth - Freezer Vertical - Geladeira Frost Free - Guarda Roupa Casal - Guarda Roupa Solteiro - Ipad - Iphone - Iphone 8 Plus - Iphone 11 - Iphone 13 - Iphone 13 Pro Max - Iphone 14 - Iphone 14 Pro - Iphone 14 Pro Max - Iphone 15 - Iphone 16 - Iphone 16 Plus - Iphone 16 Pro - Iphone 16 Pro Max - Jbl - Microondas - Monitor - Motorola - Nintendo Switch - Notebook - Notebook Dell - Painel Para Tv - Penteadadeira - Poco X5 Pro - Ps4 - Ps5 - Redmi Note 12 - S22 Ultra - Samsung A54 - Samsung S23 - Smartwatch - Tablets Samsung - Tennis Masculino - Tennis Feminino - Tv 32 Polegadas - Tv 50 4k - Tv 50 Polegadas - Ventilador - Xbox - Xbox Series X - Xdj - Xiaomi - Comparador De Celulares



Mais informações ^

Trabalhe conosco Termos e condições Promoções Como cuidamos da sua privacidade Acessibilidade Contato Informações sobre seguros Programa de Afiliados Lista de presentes

Copyright © 1999-2025 Ebazar.com.br LTDA.
CNPJ n.º 03.007.331/0001-41 / Av. das Nações Unidas, nº 3.003, Bonfim, Osasco/SP - CEP 06233-903 - empresa do grupo Mercado Livre.

Usamos cookies para melhorar sua experiência no Mercado Livre. Consulte mais informações na nossa [Central de privacidade](#).



Buscar produtos, marcas e muito mais...

mel+

MEGA

N

Disney

HBO

max

tv+

Apple

TV

Por apenas:
R\$ 39,90/mês

Informe seu CEP

Categorias ▾ Ofertas Cupons Supermercado Vender Contato

Crie a sua conta Entre Compras

[Voltar à lista](#) [Carros, Motos e Outros > Ônibus](#)

[Anunciar grátis meu veículo](#) [Compartilhar](#)



3



2010 | 900.000 km · Anunciado há 42 dias

Marcopolo Paradiso 1200 Ano 2010 Scania K310 46 Lug Ref 521

Taboão da Serra, São Paulo

Não verificado

R\$ 329.900

Perguntar WhatsApp

Você teve problemas com o anúncio? [Avisar-nos](#).

Informações da loja

Aesrepresentacoes

O Mercado Livre verificou os dados por um processo de validação de identidade.

Tempo vendendo no Mercado Livre
11 anos

Veículos à venda
647

Horário de atendimento
COMERCIAL

Estes veículos também poderiam te interessar



Usamos cookies para melhorar sua experiência no Mercado Livre. Consulte mais informações na nossa [Central de privacidade](#).

[Aceitar cookies](#) [Configurar cookies](#)



Ônibus Rodoviário G7 1200
Scania K-340 09/09 48...

R\$ 295.000

2009 | 1 Km
São Paulo Zona Norte - São...

Paradiso 1200 Scania K-124
2003 46 Lug Ar/wc Rd-ref 907

R\$ 119.900

2003 | 999 Km
Taboão Da Serra - São Paulo

Busscar Jumbuss 360 Ano
2009 Scania K310 50 Lug Re...

R\$ 194.900

2009 | 900.000 Km
Taboão Da Serra - São Paulo

Faça a cotação de um veículo

Você vai encontrar valores de referência para se certificar de escolher um com bom preço.

[Cotar um veículo](#)

Características do veículo

Marca	Scania
Modelo	PARADISO 1200
Subtipo de ônibus	Rodoviário
Ano	2010
Tipo de combustível	Diesel
Quilômetros	900.000 km

Informações gerais

Carroceria: MARCOPOLO

Quantidade de pessoas: 46

Direção: Hidráulica

Dicas de segurança

- Do Mercado Livre, nunca te pediremos senhas, PIN ou códigos de verificação pelo WhatsApp, telefone, SMS ou e-mail.
- Não faça depósitos antecipados para garantir o negócio sem antes ver o veículo.
- Não pague sem verificar pessoalmente a documentação e o estado do veículo.
- Verifique se há pendências de multas ou impostos do carro.
- Desconfie caso te passem a conta de um banco desconhecido para fazer a transferência.
- O preço pode incluir custos adicionais como emplacamento, transferência do documento, IPVA e outras despesas governamentais. Confirme o valor final com o vendedor do veículo.

[Ver mais dicas de segurança](#)

Ver descrição completa ▾

Entre em contato com a loja

📍 Taboão da Serra, São Paulo

Nome

Digite seu nome

Sobrenome

Digite seu sobrenome

E-mail

Insira seu e-mail

Telefone (fixo ou celular)

Insira seu telefone

Insira o DDD + número.

Digite sua pergunta...

☐ Aceito os [Termos e condições](#) e autorizo o uso de meus dados de acordo com a [Declaração de privacidade](#).

Perguntar

Anúncio #5756724752 Denunciar

Electricos	Carros 0 km	SUV	Carros em oferta	Picapes
Audi E-tron	Chevrolet Montana 2025	Fiat pulse 2024	Chevrolet Astra 2011	Chevrolet Montana 2010
BYD Dolphin Mini	Chevrolet Onix 2025	Ford ecosport 2015	Chevrolet Celta 2015	Chevrolet S10 2015
BYD Yuan Plus	Chevrolet S10 2025	Hilux sw4 2015	Chevrolet Onix 2015	Fiat Strada 2020
GWM Ora-03 Skin	Chevrolet Spin 2025	Honda hr-v 2018	Chevrolet Prisma 2015	Fiat Toro 2017
Nissan Leaf	Chevrolet Tracker 2025	Hyundai creta 2022	Fiat Fiorino 2010	Ford Ranger 2024
Volvo EX30	Hyundai Creta 2025	Jeep compass 2022	Fiat Palio 2010	Toyota Hilux 2015
Volvo XC40	Hyundai Hb20 2025	Jeep renegade 2016	Ford Ka 2015	Volkswagen Amarok 2012
Ver tudo	Ver tudo	Ver tudo	Ver tudo	Ver tudo

Termos mais procurados

Apple Watch - Ar Condicionado - Ar Condicionado Inverter - Bicicletas - Cafeteira - Carros Novos - Computador - Fogao 4 Boca - Fone De Ouvido Bluetooth - Freezer Vertical - Geladeira Frost Free - Guarda Roupa Casal - Guarda Roupa Solteiro - Ipad - Iphone - Iphone 8 Plus - Iphone 11 - Iphone 13 - Iphone 13 Pro Max - Iphone 14 - Iphone 14 Pro - Iphone 14 Pro Max - Iphone 15 - Iphone 16 - Iphone 16 Plus - Iphone 16 Pro - Iphone 16 Pro Max - Jbl - Microondas - Monitor - Motorola - Nintendo Switch - Notebook - Notebook Dell - Painel Para Tv - Penteadeira - Poco X5 Pro - Ps4 - Ps5 - Redmi Note 12 - S22 Ultra - Samsung A54 - Samsung S23 - Smartwatch - Tablets Samsung - Tennis Masculino - Tennis Feminino - Tv 32 Polegadas - Tv 50 4k - Tv 50 Polegadas - Ventilador - Xbox - Xbox Series X - Xdj - Xiaomi - Comparador De Celulares

Pesquise produto por letra inicial

A - B - C - D - E - F - G - H - I - J - K - L - M - N - O - P - Q - R - S - T - U - V - W - X - Y - Z

Mais informações ^



Buscar



Plano Profissional



Meus Anúncios



Chat



Notificações

Entrar

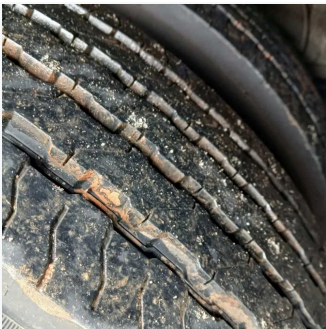
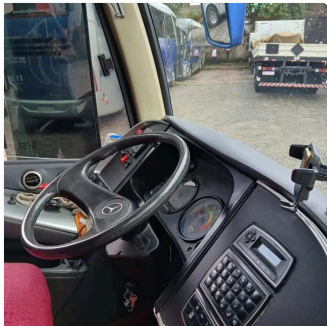
Anunciar grátis

Buscar



São Paulo > São Paulo e região > Ônibus > ABCD > São Bernardo do Campo

27/10 às 22:01



+4

R\$ 330.000
R\$ 325.000

Chat

Castelhanos2009

Último acesso há 21 min

Nível Avançado

Saiba mais

Na OLX desde fevereiro de 2015

× BUS G7 1200 MERCEDES O500R

R\$ 325.000



Detalhes

CATEGORIA
ônibus

Localização

Planalto
São Bernardo do Campo, SP, 09895040

R\$ 325.000

Acessar perfil do anunciante

Informações verificadas

- E-mail
- Telefone
- Facebook

Dicas de segurança

Não faça pagamentos antes de verificar o que está sendo anunciado.

Exibir mais dicas

Denunciar anúncio



R\$ 325.000



[Ajuda](#)

[Dicas de segurança](#)

[Termos de uso](#)

[Política de privacidade](#)

[Propriedade intelectual](#)

[Mapa do site](#)

[Trabalhe conosco](#)

[Grupo OLX](#)

[ZAP imóveis](#)

[Viva Real](#)

© Bom Negócio Atividades de Internet Ltda. - Rua do Catete, 359, Flamengo - 22220-001 - Rio de Janeiro, RJ



publicidade



TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÃO – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS-SP

(Processo Administrativo nº 16.205/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
FERNANDÓPOLIS, POR INTERMÉDIO DO
PREFEITO MUNICIPAL SR. JOÃO PAULO SALES
CANTARELLA E A EMPRESA

.....

A Prefeitura Municipal de Fernandópolis, com sede no(a) na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 47.842.836/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO PAULO SALES CANTARELLA nomeado em 01 de janeiro de 2025 pela Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº 262/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 094/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO USADO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO MÍNIMO 2009, NÃO TRUCADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 46 (QUARENTA E SEIS) PASSAGEIROS SENTADOS, ESTRUTURA GABINADA, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, BANHEIRO, GELADEIRA ELÉTRICA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO, SUSPENSÃO PNEUMÁTICA, CÂMBIO ELETRÔNICO PROGRAMADO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 (QUATROCENTOS) LITROS, MOTOR TRASEIRO A ÓLEO DIESEL COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) CILINDROS EM LINHA, 04 (QUATRO) VÁLVULAS POR CILINDRO, SISTEMA TURBO E INTERCOOLER E POTÊNCIA MÍNIMA DE 340 (TREZENTOS E QUARENTA) CV, DESTINADO A



ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP", nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. A presente contratação terá vigência até a efetiva entrega dos bens adquiridos, nos termos e condições aqui estabelecidos, encerrando-se automaticamente com a conclusão da entrega e o recebimento definitivo dos itens pelo contratante.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

Condições de Entrega

3.1. O prazo de entrega do bem é de até 30 (trinta) dias, contados da Assinatura do Contrato ou da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.



3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. O bem deverá ser entregue no seguinte endereço: Pátio do Paço Municipal de Fernandópolis-SP, sito à Rua Porto Alegre, 350, Jardim Santa Rita, em dias úteis, no horário de 08h00 às 17h00.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

3.4. A garantia do bem é crucial, em face da aquisição de um veículo usado, sendo indispensável para a mitigação de riscos, conforme Estudo Técnico Preliminar.

3.4.1. O prazo de garantia contratual do veículo, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante ou fornecedor, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo do objeto.

3.5. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, abrangendo motor, caixa, diferencial, suspensão, ar-condicionado e demais componentes mecânicos e estruturais.

3.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores.

3.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.9. Na hipótese de o prazo de reparos ser ultrapassado, o Contratado deverá disponibilizar veículo equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade ininterrupta do serviço de Transporte Fora de Domicílio.

3.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação ou a apresentação de justificativas aceitas, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem



como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. Cláusula quarta – subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Cláusula quinta – preço

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (....).

6. Cláusula sexta - pagamento

Recebimento

6.1. O bem será recebido **provisoriamente**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O **Recebimento Definitivo** ocorrerá após a conclusão do **Teste Operacional Obrigatório de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do Recebimento Provisório, e após a verificação da qualidade, quantidade e da regularidade documental do veículo, sendo formalizado mediante Termo Detalhado. O prazo total para Recebimento Definitivo e Liquidação não ultrapassará **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, incluindo a entrega com documentação regularizada (licenciamento, transferência, etc.), correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.10.1. o prazo de validade;

6.10.2. a data da emissão;

6.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.10.5. o valor a pagar; e

6.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo e Forma de Pagamento

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



6.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

6.24. A presente contratação **NÃO PERMITE** a antecipação de pagamento, por não se enquadrar nas condições de indispensabilidade para a obtenção do bem ou de sensível economia de recursos, conforme § 1º do art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. Cláusula sétima – reajuste

7.1. Os preços inicialmente contratados são reajustados com base na data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *até 30* (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.





8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes





documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

10.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública;

10.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

10.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

Infrações Administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;





- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Aplicação das Sanções

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” (fraude, inidoneidade, ato lesivo), de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” (inexecução parcial com grave dano), de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.



12.2.4.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” (retardamento da execução após o limite da mora), de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” (inexecução parcial), de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5.1. Inexecução Parcial Específica: O não atendimento ao prazo de 15 (quinze) dias úteis para reparação ou substituição do veículo em garantia implicará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, enquadrada nesta alínea.

Disposições Finais sobre Sanções

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual





13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação que correrão em 2025 (dois mil e vinte e cinco) à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, foram aprovadas pela Lei Orçamentária nº 5.583/2024.

15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. Cláusula décima sexta – alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. Cláusula décima sétima – publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. Cláusula décima oitava – foro

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.





Fernandópolis-SP, ____ de _____ de _____.

JOÃO PAULO SALES CANTARELLA

Prefeito Municipal

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 435F-0045-A737-C119

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOÃO PAULO SALES CANTARELLA (CPF 184.XXX.XXX-57) em 06/01/2026 12:37:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fernandopolis.1doc.com.br/verificacao/435F-0045-A737-C119>